

----- **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO VICENTE** -----  
----- REUNIÃO DE CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA  
DE FREGUESIA DE SÃO VICENTE INICIADA NO DIA VINTE E NOVE DE  
JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS -----

----- **ATA NÚMERO CINCO** -----  
----- (Mandato 2025-2029) -----

----- Aos três dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis reuniu, no Ginásio da Junta  
de Freguesia de São Vicente, sito na Calçada dos Barbadinhos, número trinta e seis, em  
Lisboa, a Assembleia de Freguesia de São Vicente, sob a presidência da Presidente em  
exercício, Joana Olinda Mendes Oliveira La Cueva (BE), coadjuvada por Sandro Paulo  
Magusto Pereira (PS), Segundo Secretário. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes  
Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Sílvia Maria da Silva Ferreira, Letícia Samanta da  
Costa Marques e Ana Elisa Abreu. -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Tiago Filipe Rodrigues Gonçalo e Carlos  
Alexandre Carvalho Pardal Cardoso. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP)** – Vitor Manuel Alves Agostinho e  
Michele Boulter Faro. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Daniel José Martins Carapau. -----

----- **Do Partido Chega (Chega)** – João Júlio Janela Baptista da Silva. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** – Luís Augusto Sá Souto. -----

----- **Do Movimento “Em Frente São Vicente” (MEFSV)** – Daniel Oleirinha Adrião.

----- Com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- A. Ordem do Dia; -----

----- I. Apreciação do pedido de suspensão do mandato apresentado por Membro da  
Assembleia de Freguesia;-----

----- II. Apreciação e votação da Orgânica dos Serviços da Junta de Freguesia de São  
Vicente;-----

----- III. Apreciação e votação da alteração do Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia de  
São Vicente para 2026;-----

----- IV. Apreciação e votação do Regulamento das Atividades da Freguesia de São  
Vicente em 2026 -----

----- V. Apreciação e votação do Regulamento do Voluntariado na Freguesia de São  
Vicente;-----

----- VI. Apreciação da Informação Escrita do Presidente; -----

----- VII. Eleição de Vogal da Junta de Freguesia de São Vicente;-----

----- B. Intervenção do Público. -----

----- Às vinte horas e trinta minutos, constatada a existência de *quórum*, a **Senhora  
Presidente da Assembleia em exercício declarou aberta a reunião.** -----

----- Referiu que era uma sessão de continuação da Assembleia que começou no dia 29  
de junho. Iriam começar exatamente no ponto da ordem de trabalhos onde suspenderam  
a reunião anterior. -----

----- **Ordem do Dia**-----

----- **I. Apreciação do pedido de suspensão do mandato apresentado por Membro da  
Assembleia de Freguesia;** -----

----- **Senhora Presidente da Assembleia em exercício** disse que nesse ponto a Mesa  
queria fazer um pedido à Assembleia. Nesse dia da Assembleia a Mesa recebeu um  
segundo pedido de suspensão de mandato e, tendo recebido no dia da Assembleia, não  
era obrigatório que fosse apreciada nessa Assembleia. Esse segundo pedido de suspensão

era da Presidente da Mesa, devido ao gozo da licença de maternidade. Por ser a Presidente da Mesa perguntava à Assembleia se poderia deliberar fora daquilo que era a ordem de trabalhos e propunha talvez alterar o ponto 1. -----

----- Essa votação precisava de dois terços dos Membros da Assembleia e punha à votação que se acrescentasse um segundo pedido de suspensão, nesse caso da Presidente da Mesa.

----- Submeteu à votação a **alteração ao ponto 1 da ordem de trabalhos**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar**. -----

----- Continuando, leu o pedido de suspensão apresentado: -----

----- *“Boa tarde, por motivos de saúde e ao abrigo da Lei peço suspensão de mandato até ao final do ano em curso. Atenciosamente, Ema Guerra.”* -----

----- Os pedidos de suspensão eram apreciados pela Assembleia e preferia pôr a votação, só para isso ficar correto. De qualquer forma a Assembleia, com o direito de apreciação que tinha, se tivesse alguma questão era o momento de o fazer. -----

----- **Membro Vitor Agostinho (PCP)** disse que deveria ser mais claro em relação à Lei, porque a Lei não dizia que cabia à Assembleia de Freguesia aprovar a suspensão de mandato. Os Membros da Assembleia dentro da Lei que apresentassem a sua suspensão de mandato, ali era informado da sua suspensão. Não podiam votar contra a suspensão de um Membro qualquer e obrigá-lo a estar na Assembleia. -----

----- A convocatória estava bem feita, que era a apreciação, mas apreciação era uma coisa e a votação era outra. Não podiam ali votar uma coisa que ultrapassava a capacidade da própria Assembleia de Freguesia. -----

----- **Senhora Presidente da Assembleia em exercício** disse que entendia, mas quanto à suspensão, não falava de substituições nem de renúncias, ela carecia de aprovação da Assembleia, até porque as deliberações da Assembleia, tirando uma eleição de Vogal, produziam efeitos quando eram reduzidas a escrito. Não precisava necessariamente de pôr a votação, se não houvesse ninguém a manifestar algo contra considerava aprovado por unanimidade, mas pareceu que a votação seria uma forma mais clara de o fazer.---

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que parecia haver dois pesos e duas medidas, porque na alteração ou substituição da Vogal do Executivo não foi colocado nada à votação. -----

----- **Senhora Presidente da Assembleia em exercício** disse que as suspensões por Lei careciam da apreciação da Assembleia. As renúncias não careciam dessa apreciação. De qualquer forma, achava que podiam abordar esse ponto quando lá chegassem, no último ponto da ordem de trabalhos e podiam aí abordar e tentar chegar a um entendimento em relação a essa questão de suspensão ou renúncia. Considerava, aliás, que era útil chegarem a esse entendimento, mas a Lei nisso era bastante clara, a suspensão requeria apreciação, não tinha que ser necessariamente uma votação. -----

----- Portanto, como ninguém se manifestava contra, considerava que estava apreciada e nesse caso iam ao segundo pedido de suspensão de mandato, o tal da Presidente de Mesa, que passava a ler, uma comunicação da ausência à sessão e pedido de suspensão de mandato:-----

----- *“À Mesa da Assembleia de Freguesia de São Vicente.* -----

----- *Na qualidade de Presidente da Assembleia de Freguesia de São Vicente, venho comunicar que por motivos de saúde, encontrando-me na fase final da gravidez e em repouso médico, não me será possível estar presente na sessão ordinária da Assembleia de Freguesia do dia de hoje, 29 de junho de 2026. Assim, nos termos do Regimento da Assembleia de Freguesia, deverá ser assegurada a minha substituição na condução da sessão.* -----

----- *Mais requer ao abrigo do disposto do artigo 77º da Lei nº 169.99 de 18 de setembro, na sua redação atual, a suspensão do meu mandato como Membro da Assembleia de Freguesia por motivos de saúde relacionados com a fase final da gravidez, repouso médico e subsequente licença de maternidade pelo período compreendido entre 29 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2026.* -----

----- *Com os melhores cumprimentos, Mariana Prelhaz.* -----

----- **Membro Vitor Agostinho (PCP)** disse que estavam a burocratizar isso de tal maneira, os gastos de tempo de tal maneira, porque uma suspensão de mandato era uma suspensão de mandato. Ou seja, por um, por cinco, por dez, não interessava, era suspensão de mandato. O que a Mesa tinha que fazer era informar, como informou, que os Membros tal e tal não iam à Assembleia e estava resolvido. -----

----- Se agora decidissem que não concordavam com o facto da atual Presidente da Assembleia suspender o mandato o que acontecia? Zero. Estavam ali a fazer votações de coisas que não tinham lógica nenhuma. -----

----- Havia a apreciação e era isso que a Lei dizia. A Mesa informava que o fulano tal não ia a essa Assembleia e era substituído por outra pessoa, ou havia um Membro que em vez de pedir para essa Assembleia pediu por mais tempo, estava suspenso por isso. A apreciação era isso, terem conhecimento de que a pessoa realmente pediu a suspensão do seu mandato, por uma Assembleia ou por mais dias que fossem. -----

----- A Presidente da Mesa pediu a suspensão do mandato, não queria dizer que na próxima Assembleia, não sabiam quando, fosse em setembro ou em dezembro, ela não pudesse estar presente ou não. Portanto, pedia desculpa por estar ali com esses particulares, mas achava que às duas por três estavam numa burocracia de tal maneira que engasgavam ali com a Lei. -----

----- **Senhora Presidente da Assembleia em exercício** disse que até para uma questão de conhecimento do público, etc., era útil pôr esse assunto à apreciação. De qualquer forma, se não havia nada contra, na próxima Assembleia seriam convocados os substitutos na ordem da lista, para tomarem posse. Aí em princípio até ao fim do ano, a não ser que algum desses Membros decidisse rescindir a suspensão. -----

----- Portanto, nesse caso propunha continuar para o ponto 2. -----

----- **II. Apreciação e votação da Orgânica dos Serviços da Junta de Freguesia de São Vicente;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que relativamente à orgânica, como sabiam, era sobretudo um documento estrutural na Junta de Freguesia. Durante doze anos ainda não conseguiram ter uma orgânica e nesse momento o que pretendiam apresentar era uma estrutura flexível, que permitisse tirar a fotografia daquilo que era necessário para a Junta. -----

----- Estavam ainda numa fase embrionária de perceber também todos os desafios, eventualmente a própria orgânica iria sofrer alterações ao longo do mandato, se fosse necessário. Numa primeira fase iriam organizar a Junta em duas unidades, uma unidade mais para efeitos externos, ou seja, tudo o que fossem questões administrativas públicas gerais daquilo que eram as necessidades da Junta de Freguesia estariam nessa unidade, fossem os serviços ou o atendimento. Depois uma outra unidade orgânica que teria toda a questão da intervenção social e não só a intervenção social, intervenção sénior, intervenção juvenil e crianças. -----

----- Portanto, queriam enquadrar isso em duas unidades, uma unidade de intervenção que teria todas as funções sobretudo da parte mais social e da intervenção que a Junta tinha, de forma a conseguir criar realmente um ecossistema e uma comunicação entre todos os organismos e todas as pessoas e técnicos que trabalhavam essas questões. A outra unidade era mais de administração pública, administração e gestão da Junta de

Freguesia, todas aquelas questões que fossem de contabilidade, jurídico, atendimento, serviços que prestavam à população. Toda essa parte estaria numa outra unidade.

----- Também previam a necessidade, eventualmente, de ter mais unidades. Veriam isso também futuramente, mas nesse momento essas eram as duas grandes unidades que estavam a pensar e uma terceira eventualmente, posteriormente, na decorrência daquilo que seriam depois as necessidades e desafios que iriam encontrar. -----

----- Era a primeira vez que tinham uma orgânica na Junta de Freguesia, seria a primeira vez que iam implementar, sabiam que eventualmente poderia haver aspetos ainda não previstos, desafios esses que ainda não sabiam se necessitariam de respostas e que, eventualmente, necessitariam depois de mais alguma flexibilidade. -----

----- Para além das unidades orgânicas, teriam subunidades orgânicas, que essas sim, também três seriam na sequência de concretizar certos aspetos que as unidades orgânicas necessitariam, sendo que duas unidades orgânicas com essa complexidade necessitavam sempre de pelo menos uma, duas, três subunidades orgânicas para aspetos mais específicos a precisar de alguma especialização técnica. -----

----- Portanto, essa era a primeira ideia de uma orgânica, começarem a caminhar de uma maneira simples, com alguma precaução e complexificando, se necessário, com tempo. Não valia a pena começar com uma tentativa de complexificação quando nunca houve uma orgânica na Junta de Freguesia. Portanto, a necessidade que tinham atualmente em termos de flexibilidade, em termos de conseguir também criar unidade entre os vários serviços da Junta de Freguesia que acreditava necessitarem. -----

----- Se houvesse algumas questões, depois o Tiago daria também ali alguma informação extra que fosse necessária. -----

----- **Membro Michele Faro (PCP)** disse que tinha uma dúvida relativamente a essa questão da orgânica dos serviços da Junta de Freguesia de São Vicente, a organização ou reorganização dos serviços, em relação à mão de obra, à matéria-prima, se iria haver um reajuste nos serviços. Pressupunha-se que ia haver uma reorganização. -----

----- Perguntou se estavam previstos alguns recibos verdes que viessem a fazer face a alguma necessidade que viam. A pergunta era se ia haver assessores, estavam com rodeios e era mesmo isso, se ia haver assessores contratados para cobrir alguma dessas funções que se viam necessárias nessa orgânica. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que para essas funções, até porque elas integravam o mapa de pessoal, tinham que ser pessoas com vínculo à administração pública. Ou seja, não podiam nunca ser recibos verdes. -----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que de facto não tinha percebido essa questão da orgânica, porque a informação era realmente muito escassa. Eram apenas três ou quatro parágrafos relativamente a uma matéria de uma enorme complexidade, que era sempre a orgânica de uma organização. Normalmente esse tipo de documentos iam acompanhados de organigramas. Por isso havia uma orgânica, porque correspondia a um organigrama e ali não havia nenhum organigrama, nem um organigrama dos atuais serviços da Junta de Freguesia nem um organigrama relativamente às mudanças que o Executivo propunha fazer. -----

----- Era óbvio que tinha que haver um organigrama, não sabia como sequer se podia questionar que não houvesse um organigrama. Achava que isso era uma coisa tão elementar e não entendia, nunca tinha visto nenhum modelo organizacional sem organigrama. Isso não existia. Pelo menos pela experiência que tinha de trabalho e já tinha uns anos bons de trabalho, com mais ou menos responsabilidades, mas nunca vira uma proposta de organização de uma estrutura, por mais rudimentar que fosse, que não tivesse um organigrama. Portanto, era fundamental haver ali um organigrama da forma como os serviços estavam nesse momento estruturados e o organigrama depois das

mudanças que se pretendiam introduzir nesses serviços, com uma nova proposta de funcionamento. Achava que isso era uma coisa elementar. -----

----- Depois, também perguntar se nessa proposta, que não se percebia bem qual era, se de facto houve um estudo de benchmarking, se efetivamente foram estudadas outras Juntas de Freguesia e os modelos organizacionais dessas Juntas de Freguesia, no fundo se isso respondia a um modelo consolidado, se no fundo replicava um modelo que já estava estruturado, já aprovado, cujo funcionamento já estava demonstrado, que estava consolidado. Portanto, achava que isso também era fundamental. -----

----- No fundo, era uma proposta de intenções sem verdadeiramente ter concretizado nada. Falava da criação de umas unidades orgânicas, umas subunidades orgânicas, fazia referência a algumas áreas, mas isso era tudo demasiado no ar. Não correspondia a uma proposta verdadeiramente de uma orgânica e de um modelo organizacional de uma estrutura. -----

----- Por outro lado, havia ali uma questão que essa sim, era verdadeiramente relevante e continuava sem resposta, era se o Senhor Presidente já distribuiu pelouros ao seu Executivo. Essa era a questão fundamental, se já distribuiu pelouros, porque se os distribuiu era importante que informasse a Assembleia e até agora não deu nota pública disso. Portanto, continuavam a desconhecer se de facto os Membros do Executivo já tinham responsabilidades atribuídas e já tinham competências específicas para poderem naturalmente desenvolver o seu trabalho e responder por ele. Era isso que queria. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que, relativamente à questão dos pelouros, achava que já estava no site da Junta. Se fossem ao site da Junta estavam lá as competências e a distribuição dos pelouros também para conseguirem ver. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que relativamente à questão do organigrama e do atual, o Senhor Presidente já disse isso algumas vezes. Sabia que custava acreditar, mas nesse momento não havia nenhum organigrama, ou seja, nesse momento a Junta de Freguesia não tinha orgânica. Não sabia o que pensava de uma orgânica, mas não havia orgânica na Junta de Freguesia. Ou seja, nunca foi estabelecida, não havia documento fundador. -----

----- Basicamente, aquilo que apresentavam à Assembleia de Freguesia era a primeira vez que se fazia e, portanto, não valia a pena estarem a falar de um organigrama atual que simplesmente não existia. Tão simples quanto isso. -----

----- Relativamente ao que levavam ali, era aquilo que a Lei obrigava a levar, que estabelecia competências para a Assembleia de Freguesia, estabelecia competências para a Junta de Freguesia e era bastante claro quando dizia que às Assembleias de Freguesia competiam essencialmente três coisas. Depois até podiam ver a legislação que era ali citada, porque era ao abrigo dessa legislação que se submetia essa proposta e que seria aprovada pela Assembleia de Freguesia, aprovar um modelo de estrutura orgânica, ou seja, se era hierarquizado ou se adotava outro modelo, por exemplo matricial, o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e o número máximo total de subunidades orgânicas. -----

----- Era isso que esse documento ali levava, fixar um limite, fixar um modelo de organização, basicamente estrutura hierarquizada, o limite máximo de unidades orgânicas flexíveis e também de subunidades. -----

----- Relativamente àquilo que se pretendia, era facto que não tratou muito bem os considerandos, mas aquilo que se propunha era primeiro uma estruturação flexível, ou seja, que a Junta de Freguesia ficasse habilitada a criar subunidades orgânicas flexíveis que atendessem aos desafios e às necessidades da Junta de Freguesia agora, daí a seis meses, daí a um ano. -----

----- A suposta orgânica de que falava e que teria que ter um organograma, já que falou de benchmarking, encontraria em Lisboa propostas como essa à Assembleia de Freguesia. Bastava ver por exemplo Campo de Ourique, que era mais ou menos dessa forma que apresentava a proposta à Assembleia de Freguesia e foi assim que foi decidida, a não ser com a diferença de que não eram propriamente unidades orgânicas flexíveis, era mais uma estrutura nuclear. Portanto, essa orgânica que competia à Junta de Freguesia aprovar, essa orgânica seria depois traduzida no organograma.-----

----- O essencial estava ali e o Senhor Presidente já falou, havia duas prioridades. A primeira prioridade tinha a ver com uma questão de administração, ou seja, uma unidade orgânica que estivesse orientada para estabelecimento de procedimentos comuns, uniformização de atendimento, criação de gabinetes de aprovisionamento, procedimentos comuns de contratação pública, tudo o que tinha a ver com uma gestão administrativa que era preciso racionalizar. Além disso, também tinham a dimensão por exemplo da digitalização interna, mas também do ponto de vista da relação dos particulares com a Junta de Freguesia.-----

----- Depois havia uma outra dimensão de gestão de recursos humanos e financeiros, por exemplo quando faziam as atividades, haver um planeamento e haver uma unidade que garantia essa consistência da afetação de recursos a atividades que muitas vezes eram distintas. -----

----- Uma outra dimensão que o Senhor Presidente também falou tinha a ver com a questão da intervenção comunitária, em que era preciso agregar áreas no sentido de as pôr a trabalhar também de forma conjunta como ação social, como o envelhecimento ativo, como as áreas de infância e juventude. A prioridade do ponto de vista de orgânica nesse momento era agregar essas áreas para que passasse a haver sinergias na forma como trabalhavam. -----

----- Esperava que daí eventualmente até seis meses, quando estivessem a discutir o Orçamento e as Grandes Opções para 2027, que as necessidades já fossem outras e que pudessem estar a falar de poder ter mais uma unidade orgânica com outras finalidades, mas isso também teria que ir à Assembleia de Freguesia, porque ia ser sempre preciso uma alteração ao mapa de pessoal. -----

----- Portanto, quanto à questão do benchmarking, para ser bastante direto, naturalmente viam o que as outras Freguesias faziam, mas tinham era que olhar para a Junta de Freguesia de São Vicente, com as particularidades que havia em 2026 de não ter uma orgânica, compreender as necessidades e, naturalmente, propor à Assembleia de Freguesia com bastante transparência aquilo que a Junta de Freguesia precisava nesse momento para construir a sua orgânica. -----

----- **Membro Sílvia Ferreira (PS)** disse que queria agradecer esse documento e essa proposta de organização de uma estrutura hierárquica na Junta de Freguesia, porque de facto o Orçamento já merecia a distinção das atividades políticas das atividades administrativas. As Juntas de Freguesia atualmente não geriam orçamentos de somenos, tinham responsabilidades que requeriam compromissos, análise técnica e alguma gestão administrativa, que não devia ser assegurada pelo Executivo, que tinha responsabilidades políticas de determinar os projetos, a orientação, a atribuição de verbas, as opções políticas da operacionalização dos objetivos e dos compromissos do programa. -----

----- Portanto, achava que era um avanço positivo a criação dessa distinção e a organização dessa estrutura administrativa que, em boa verdade, definia o máximo das estruturas que poderiam existir, mas não queria dizer que elas passassem efetivamente a ser imediatamente as que estavam definidas pelo máximo e, portanto, era um provimento e uma identificação das necessidades máximas nesse momento daquilo que podia ser uma primeira proposta de organização orgânica. -----

----- Depois, só referir que de facto o provimento desses lugares tinha requisitos de administração pública. Portanto, tinham de ser definidos, tinha de ser criado o perfil para assegurar o provimento desses lugares que iam ser abertos. Podiam inicialmente ser feitos por nomeação, mas depois tinham o máximo de 90 dias para provimento por concurso público e tinham de ser, de facto, assumidos por funcionários públicos com contrato sem termo da administração pública. Aí a Lei também era muito rigorosa. -----

----- O que achava importante ainda o Executivo fornecer à Assembleia de Freguesia e para quem não conhecia eram os valores que estavam em causa nesses provimentos. Achava que era importante terem uma informação. Eles eram conhecidos publicamente, essa distribuição, quando dizia na proposta que o titular, no máximo, devia ter o cargo de direção intermédia de terceiro grau, ele estava definido por Lei como qualquer cargo de dirigente intermédio, como os escalões dos funcionários públicos. Portanto, isso seria uma informação razoável a prestar aos Membros da Assembleia para, efetivamente, se ver que não era nada que não estivesse definido. -----

----- Achava que poderia começar com um cargo até ao máximo de cargos intermédios de direção de segundo grau, mas nem iam a esse nível para já. A complexidade das Juntas de Freguesia, em alguns casos até já tinham dirigentes de segundo grau. Ali o grau máximo determinado era de terceiro grau e, portanto, revelava bom senso para uma primeira aposta. Achava que essa informação de facto poderia ser fornecida. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que a questão colocada do impacto financeiro também era uma questão de mapa de pessoal, porque essa proposta, na verdade, a leitura só ficava completa com o mapa de pessoal relativamente à questão dos dirigentes. Ou seja, a proposta já habilitava cargos de dirigentes de terceiro grau ou inferior, embora no mapa de pessoal queriam começar essa orgânica com os dirigentes intermédios de quinto grau e uma alteração subsequente a esse nível teria que ir à Assembleia de Freguesia e seria sempre um diálogo sobre as necessidades, sobre se fazia sentido avançar nos níveis remuneratórios. Para já, dirigentes intermédios de quinto grau, nesse caso dois, teriam um impacto financeiro de cerca de 85 mil euros e depois os coordenadores técnicos que estariam associados às subunidades orgânicas teriam um valor total de 60 mil. -----

----- Houve o cuidado de frisar e tinha ido até um pouco mais longe do que no seu caso tinha ido na resposta ao PCP, que era de facto ter regras específicas de provimento que obrigavam um conjunto de primeiro procedimento concursal, obrigava ao vínculo à administração pública. -----

--- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que a posição do PSD em relação a essa questão acabava por ser muito simples, já acabaram por transmitir quando reuniram com o Executivo anteriormente, já fazia parte do programa do PSD fazer uma reestruturação porque achavam que era necessário, não era necessário, era obrigatório, tendo em conta toda a dinâmica que existia ou que não existia. -----

----- Achavam que também se fazia política de uma forma limpa e o PSD iria votar favoravelmente essa proposta, tendo em conta que achavam que era o início. Estariam ali para depois avaliar, para conseguir perceber. Também podiam ir um bocadinho mais longe e transmitir de que forma queriam estruturar ou se realmente já havia alguma base, mas entendia que também estavam numa fase inicial, a dar o primeiro passo e que esse primeiro passo podia correr bem. Como dissera na reunião que tiveram, garantidamente que daí a um mês ou dois iam encontrar erros, que os iriam corrigir e estariam lá, nesse caso em setembro provavelmente a sugerir que trouxessem já alguma avaliação que tivessem feito dessa nova dinâmica ou dessa nova estrutura que acabava por ser essencial para a Freguesia, esperando que se continuasse a coordenar cada vez mais pelouros, dinâmicas, para poderem avaliar. -----

----- Depois queria só fazer um apontamento. O Senhor Presidente há bocado disse e nem foi o PSD que fez essa pergunta, já fizeram duas vezes e decidiram então não fazer mais, mas em relação aos pelouros que estavam no site da Junta, os que estavam eram os que sempre estiveram. Pelo menos tinha feito uma pesquisa e foi os que encontrara. Inicialmente aparecia o nome e apareciam os pelouros em baixo, pelo menos o que lhe aparecia ali. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** agradeceu a intervenção e disse que era isso mesmo, ou seja, era o pontapé de saída para o início da organização da Junta de Freguesia. Sabiam que evidentemente poderia haver a necessidade até de complexificar mais, mas essa complexificação da Junta de Freguesia seria feita sempre com a Assembleia. De forma geral, tudo aquilo que fosse realmente nuclear, fosse criar mais unidades orgânicas, fosse criar mais divisões, teria obrigatoriamente que ir à Assembleia de Freguesia. -----

----- Também fariam essa avaliação constantemente, de perceber em cada momento o que realmente fazia mais sentido em termos de organização da Freguesia, não só ali na Assembleia de Freguesia, mas também como fizeram antes, auscultando, falando e fazendo também analisar as questões e perceber com a Assembleia se havia inconvenientes, melhorias. O próprio Executivo também faria isso. Eventualmente, como o Membro eleito do PSD disse e muito bem, haveria erros, haveria imprecisões que seriam corrigidas, o importante era isso mesmo, era começar o processo e ir melhorando todos os procedimentos dia após dia. -----

----- Relativamente à questão dos pelouros, achava que ficou resolvido e ficavam então a aguardar outras questões. -----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que já se ficou a ter mais alguma informação depois da intervenção do Membro do Executivo Tiago, que prestou muito mais informação do que aquela que estava transcrita nesse documento que foi entregue. Portanto, achava que o documento em si era um documento muito rudimentar, para não dizer pobre, com uma escassíssima informação e achava que para uma matéria dessa importância era preciso de facto ali outro tipo de trabalho que não estava refletido nessas duas folhas que constituíam essa proposta. -----

----- No mínimo devia ter-se feito ali uma apresentação e nem sequer era apenas fornecendo um documento em papel. Era fazer uma apresentação com um PowerPoint, com um ecrã, como via fazer em N sítios, em N organizações. Já tinha sido Vereador de uma Câmara, mas mesmo ao nível das Juntas de Freguesia nunca vira ser feita uma proposta de alteração orgânica dos serviços sem que isso tivesse um enquadramento técnico muito bem fundamentado por parte dos próprios serviços, dos responsáveis pelos serviços e depois dos responsáveis políticos. -----

----- Achava que isso era o mínimo mesmo em organizações pequenas, como era o caso da Junta de Freguesia de São Vicente. Isso era o mínimo exigível, não era entregar duas folhas A4. Isso para si era manifestamente insuficiente e não imaginava como seria trabalhar dessa forma. Durante as suas experiências, tanto políticas como profissionais, nunca tinha visto um assunto desses ser tratado dessa forma. Achava, realmente, manifestamente insuficiente e, portanto, não podia naturalmente aprovar. Iria abster para não votar contra. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o Membro Daniel Adrião tinha voltado a falar da alteração orgânica, mas repetia e reforçava, não existia um organograma na Junta. Estavam a começar a tratar de um processo que já devia ter sido tratado há doze anos. Agora era muito mais difícil, porque inicialmente, se tivesse começado a fazer organograma, podiam fazer quase como uma tábua rasa do passado, porque 2014 foi a Reforma Administrativa, juntaram-se as Juntas e agora iam fazer a papel e esquadro uma alteração. -----

----- Nesse momento, apesar de não existir um organograma, havia toda uma organização, não dizia informal, mas a organização que existia, que necessitava de se adaptar a um organograma, que ia tendo que ser moldado consoante o tempo. Não podiam chegar pura e simplesmente ali com uma ideia muito complexa do que era um organograma para uma Junta que nunca teve, que trabalhou doze anos sem ter, e de repente colocar em papel e esquadro e caneta aquilo que queriam que a Junta fosse. Não podiam fazer isso. -----

----- Tinham que ter alguns princípios de flexibilidade e de unidades mínimas e era por isso que estava a dizer que iam começar com alguma precaução a fazer esse organograma, nessa construção de tentar perceber a cada momento as necessidades iniciais, mas não iam começar a fazer um organograma que depois, na prática, fosse tão complexo que era impossível a própria estrutura se adaptar no tempo que precisavam. Não queriam, pura e simplesmente, fazer um organograma com muitas unidades, subunidades, de vários dirigentes, que depois na prática não fosse exequível. -----

----- A Junta de Freguesia preferia começar de uma forma muito mais simples, que se adaptasse à realidade e não tentar forçar uma realidade que, rapidamente, chegassem ali em setembro e claramente não se adaptava. Portanto, o que estavam a fazer era uma coisa muito simples, era ter duas unidades orgânicas, ter três subunidades orgânicas flexíveis e perceber como a máquina que existia na Junta de Freguesia conseguia adaptar a essa orgânica simples, mas que tinha como objetivo que as pessoas realmente conseguissem perceber numa primeira fase e moldar os comportamentos a esse organograma. -----

----- A partir daí sim, complexificar sempre, auscultando e mais do que auscultar, sempre com a aprovação da Assembleia de Freguesia. Portanto, nada do que se faria dali para a frente seria sem a votação e a aprovação dos Membros eleitos da Assembleia de Freguesia. Esse era o objetivo. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que a proposta tinha aquilo que era essencial relativamente ao que iam fazer a curto prazo, porque a proposta pedia era uma habilitação para criar três unidades orgânicas flexíveis, duas subunidades e identificava claramente aquela que era a prioridade imediata, ou seja, aquilo que se ia fazer já a partir de segunda-feira, tendo em conta essa aprovação. -----

----- Depois, a questão do organograma, era um desenho que refletia a orgânica. Portanto, já diziam que a prioridade imediata era segunda-feira, até porque era isso que o mapa pessoal ia habilitar, que se ia aprovar a seguir. Era criar duas unidades orgânicas flexíveis com aquelas áreas que já identificara, que o Senhor Presidente identificou logo ao início e iam no imediato criar uma subunidade orgânica. Portanto, tinha o organograma feito, duas unidades orgânicas e uma subunidade, mas a questão era que o organograma, sendo um desenho e sendo isso tudo adaptativo, o desenho ia mudando até conseguirem chegar à orgânica da Junta de Freguesia definitiva. Esperavam conseguir e com uma estrutura nuclear muito diferenciada do que tinham. -----

----- Relativamente a nunca ter visto, era normal que pudesse não ter visto. Convidava a ver aquilo que Campo de Ourique fez, para perceber que isso não era um exercício pioneiro. Nem tudo o que se fazia era pioneiro. Nesse caso em concreto era assim que Campo de Ourique trabalhava, do ponto de vista da organização da proposta. -----

----- Bem sabia que havia outras Freguesias a trabalhar de outra forma, mas aquilo que podia garantir era que aquilo que a Lei obrigava, tendo em conta as competências da Assembleia de Freguesia, era isso. -----

----- **Membro Vitor Agostinho (PCP)** disse que na análise da proposta da Junta de Freguesia, reviam-se nela. O problema ali era estar a alimentar em todas as propostas coisinhas que iam levar a alguns embaraços e reuniram, tal como o Membro da Assembleia do PSD, também reuniram na Junta de Freguesia a pedido da Junta, falaram

sobre essa situação, as coisas que tinham para levantar e levantaram na altura. Só para dizer que em termos do PCP concordavam com esse avanço.-----

----- Não percebiam como as Juntas de Freguesia anteriores nunca tiveram necessidade desse tipo de orgânica, mas isso já passou e achava que essa proposta que estava a ser apresentada era uma proposta para caminhar, para estarem todos atentos ao seu desenvolvimento. Aliás, reviam-se muito naquilo que o PSD interveio também, que era ver no futuro como isso se concretizava e iam aprovando de acordo com o que a Junta de Freguesia estava a fazer. Dariam condições para que não houvesse problemas no avanço do trabalho e a organização interna da Junta de Freguesia, porque como todos sabiam era muito necessário.-----

----- **Membro Daniel Carapau (BE)** disse que era apenas para agradecer a apresentação dessa proposta, obviamente iriam estar a favor. Como já foi dito, era o primeiro passo para se dar cumprimento a uma das promessas da coligação, organizar os serviços da Junta. Achavam que era mais transparente e, aliás, mais prudente não apresentar um organograma que, se a Junta tivesse a necessidade de o alterar, depois a Assembleia iria dizer que a Junta não foi correta porque apresentou organograma que ao fim de X meses teve necessidade de alterar.-----

----- A Junta teria essa possibilidade de fazer alterações à orgânica quando existissem essas necessidades. Portanto, parecia também bastante prudente não estar a fazer um organograma à partida que teria de ser testado e que poderia sofrer alterações ao longo do tempo, para não ser acusado depois o Executivo de estar a tentar enganar a Assembleia de alguma maneira.-----

----- **Membro Luís Souto (IL)** disse que a Iniciativa Liberal também era a favor do documento. Só deixava três pontos que gostava de ver sempre refletidos nessa orgânica e que era a flexibilidade, simplicidade e otimização, ou seja, as questões que se debatiam sempre. De resto, achava que sim, era um documento draft para iniciar, lá estariam para avaliar, mas tendo sempre em conta esses três pressupostos, flexibilidade, simplicidade e otimização.-----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que privilegiavam a mobilidade inter-carreiras, que as pessoas conforme iam adquirindo competências podiam progredir, a flexibilidade acima de tudo. Daí a dois anos, muito provavelmente estariam a ter outra discussão, porque as questões que se colocavam agora não se iriam colocar, felizmente, daí a dois anos.-----

----- Flexibilidade significava ter capacidade de atacar problemas no imediato e a partir do momento em que esses problemas ficavam resolvidos, ou seja, que já não eram questão, para algumas Freguesias em Lisboa já não eram questão, a partir daí começar a pensar numa orgânica diferenciada, a pensar já não nos problemas, já não nos desafios atuais, mas nos desafios futuros. No fundo, era isso que significava flexibilidade e era isso que, de facto, garantia otimização e estava absolutamente convencido que ninguém ali era contrário à otimização.-----

----- **Membro Sílvia Ferreira (PS)** disse que, em boa verdade, unidades orgânicas flexíveis estavam definidas na Lei. As nucleares eram fixas, as flexíveis podiam ser extintas, podiam ser reatribuídas em áreas funcionais e, portanto, manter essa flexibilidade permitia exatamente fazer esse caminho.-----

----- Se elas fossem nucleares tinham um processo administrativo muito mais complexo e difícil de alteração do que as flexíveis.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Orgânica dos Serviços da Junta de Freguesia de São Vicente**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (PS, PSD, PCP, BE, IL e Chega) e 1 abstenção (MEFSV)-----

----- **III. Apreciação e votação da alteração do Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia de São Vicente para 2026;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que havendo essa alteração da orgânica iam precisar de ter figuras de direção para essas mesmas unidades e, no fundo, o mapa de pessoal era a adaptação dessa hierarquização que iam começar a ter com a orgânica, adaptação do mapa pessoal nesse sentido.-----

----- Tinham ali definidos coordenadores técnicos, chefes de direção intermédia, no fundo para permitir que houvesse essa hierarquização depois do organograma que seria feito com base nas unidades e subunidades. O objetivo era esse, prever essas figuras que depois, evidentemente, possibilitariam com que a Junta conseguisse realmente concretizar aquilo que estava previsto na orgânica.-----

----- Se houvesse alguma questão, tanto o Tiago como a Érica poderiam também esclarecer. -----

----- **Membro Luís Souto (IL)** perguntou se essas funções já estavam a ser contratadas ou ainda eram adicionais àqueles que já estavam em processo de contratação. -----

--- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o que tinham atualmente eram os concursos públicos que estavam a decorrer e essas figuras que estavam previstas no mapa de pessoal poderiam ser pessoas da Junta de Freguesia, porque era esse o objetivo. -----

----- Isso seria um procedimento, como também já foi explicado pela Sílvia, um procedimento normal que acontecia. Portanto, havia um concurso, podia haver uma indicação, mas que depois de nove meses teria sempre de ser aberto o concurso. Funcionaria como qualquer posição de direção. O objetivo seria primeiro avaliar as valências que tinham dentro de casa e tinham vindo a fazer isso até já com alguns dos funcionários, que alguns estavam numas funções e, entretanto, foram para outras. -----

----- Aliás, uma das questões que fizeram logo quando entraram foi também perguntar e por e-mail para os recursos humanos sempre que tinham a necessidade ou vontade de começar a ter algumas tarefas, de perguntar às pessoas que gostavam de assumir outras funções. Portanto, a questão de priorizar aquilo que eram as valências e os recursos que tinham dentro de casa seria sempre o princípio. Naturalmente, se percebessem que para uma certa unidade ou subunidade fazia sentido ter um coordenador técnico específico ou ter uma figura específica e que pela avaliação, isso era sempre uma avaliação que fariam, uma avaliação de necessidades, aí sim podiam avançar com outro tipo de contratação. -----

----- De qualquer maneira, isso estava no mapa de pessoal, mesmo as pessoas que fossem trabalhadores da Junta a assumir essas novas funções, evidentemente a previsão era diferente, porque passariam para outra carreira ou para uma outra função. -----

----- **Membro Michele Faro (PCP)** disse que pedia a ajuda do Senhor Presidente, porque estavam a falar de uma alteração do mapa pessoal. Se o Senhor Presidente podia ali dizer quais eram as alterações face àquilo que havia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que queria só corrigir porque não eram nove meses, eram 90 dias. -----

----- **Membro Michele Faro (PCP)** explicou que não se lembrava de ter visto essa questão do mapa pessoal no primeiro e-mail que enviaram e, portanto, não considerara. Tinha essa pasta em casa e agora estava a ver a alteração, via esse edital onde já considerava essa informação que estavam a tratar e a anterior. -----

----- Gostaria mesmo era de tentar perceber o comparativo e as alterações que estavam a propor. Foi um lapso, tomara em consideração o primeiro edital que foi enviado e não tinha reparado neste editamento ao edital. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que os documentos foram todos enviados dentro do prazo, mas houve aquela questão que tinha falado, que só iria enviar a orgânica depois de caso achassem que era o momento para o fazer e desde logo auscultando

também aquilo que eram as posições e as sensibilidades. Portanto, foi dessa forma que se fez este editamento à orgânica.-----

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que esses pequenos pormenores provocavam ali às vezes desconfianças sem sentido rigorosamente nenhum, até porque quando reuniram com o Executivo não falaram em nenhuma alteração de mapa de pessoal, porque ele nem existia lá. Nesse momento e com a explicação que o Senhor Presidente estava a dar fazia algum sentido, tendo em conta que se alteravam uma orgânica automaticamente tinham que ter uma alteração do mapa de pessoal. A questão era que no edital não aparecia e no edital seguinte aparecia essa alteração do mapa de pessoal.----

----- A questão que ia colocar inicialmente era o porquê de não aparecer na primeira e acabar por aparecer na segunda, até porque achava que era interessante e acreditava que tivesse sido apenas e só pela questão que o Senhor Presidente acabou por dizer agora, sabendo que estariam de acordo a existir essa alteração da orgânica o mapa de pessoal seria incluído. Por esse motivo, só depois de conversarem todos acabou por ser incluído, mas achava que era importante naquela altura também terem falado um pouco disso, apesar que o PSD acabou por tentar perceber que tipo de alterações iriam ou poderiam existir a nível do mapa de pessoal. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que se lembrava de pelo menos terem falado de quais eram as alterações, se iriam haver essas figuras. Aliás, lembrava-se de ter falado com os dois partidos sobre essa questão. Essa alteração e esse aditamento iam na sequência de terem reunido e perguntado se podiam realmente introduzir esse aditamento, apesar de não ser introduzido numa primeira fase o aditamento era sempre possível introduzir porque estava dentro do prazo da introdução de documentos na ordem do dia, mas quiseram realmente que houvesse essa carta de conforto, perceber se da parte da Assembleia era uma questão que poderia ser introduzida, sabendo ser uma questão sensível para todos. -----

----- Se não houve um detalhe completo sobre a questão do mapa pessoal, podiam agora também explicar ainda com mais detalhe com a Érica e ver todas as questões que também fossem necessárias. -----

----- **Vogal do Executivo Erica Conceição** disse que a alteração do mapa que foi ali aprovada em dezembro de 2025, o mapa pessoal para o ano de 2026, face a essa alteração, era o acréscimo nas categorias de dois postos de chefe intermédio de quinto grau, dois coordenadores técnicos, dois assistentes técnicos, sendo que estavam a prever cinco porque havia um procedimento concursal a decorrer para três vagas. -----

----- Desses dois assistentes técnicos, um deles seria a por mobilidade intercarreiras, ou seja, era um trabalhador que já laborava na Junta de Freguesia de São Vicente e que estava de momento no atendimento e tinha habilitações suficientes para subir na sua carreira e categoria. -----

----- Estava também previsto um encarregado geral e um encarregado operacional face às necessidades que foram levantadas na construção inicial da orgânica. -----

----- **Membro Michele Faro (PCP)** disse que, então, tinham previsto em dezembro e aprovado 116 e agora 123.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **alteração do Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia de São Vicente para 2026**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- (Não estava presente o Membro Daniel Adrião) -----

----- **IV. Apreciação e votação do Regulamento das Atividades da Freguesia de São Vicente em 2026;** -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que esse regulamento já não era propriamente novidade nessa Assembleia de Freguesia. No fundo, tratava-se do regulamento que foi à última reunião, naturalmente expurgado das matérias que levaram ao chumbo do anterior e, portanto, confinava-se a programas de férias, fosse para crianças, jovens ou adultos, programas para passeios e excursões. No fundo, fixava os critérios de acesso a essas atividades da Junta de Freguesia, bem como as taxas.-----

----- Relativamente às taxas, por exemplo de férias para crianças havia dois universos, que era o universo do CAF e do AAAP e também o universo dos residentes na Freguesia que não estavam em CAF e AAAP. Relativamente aos primeiros, as taxas eram aquelas que já estavam fixadas por essa Assembleia de Freguesia para esse ano letivo que agora findava e a única coisa que fizeram quanto aos residentes era aplicar exatamente o mesmo preço por quinzena, no fundo havendo justiça no preço a pagar no acesso a essas atividades. -----

----- Relativamente às férias para jovens, havia uma redução da taxa que era paga no escalão A e no escalão B. Nas férias para adultos passavam a introduzir uma distinção entre residentes e não residentes, sendo que os não residentes tinham que ter alguma ligação às atividades da Junta de Freguesia. Falavam de pessoas, por exemplo, que frequentavam as aulas de desporto da Freguesia, que passavam a poder aceder a esses passeios. O residente pagava 25, o não residente pagava 30.-----

----- Quanto aos passeios e excursões, os residentes no ano anterior pagavam 15 euros, o preço mantinha-se e os não residentes passavam a pagar 20, sendo certo que a política desse Executivo e que já foi levada à prática no passeio de Natal era, por definição, isentar os passeios. -----

----- Uma particularidade desse regulamento tinha a ver com as isenções que eram criadas, as isenções totais e parciais, umas relacionadas com condições socioeconómicas, havia uma isenção total. Atualmente o FES-Freguesia trabalhava com a pensão social de velhice e esse regime trabalhava com dois referenciais, a pensão social de velhice e também o indexante de apoios sociais. Na pensão social de velhice, quem tivesse rendimentos abaixo desse limiar tinha isenção total, quem tivesse rendimentos abaixo do IAS tinha uma isenção de 50%. -----

----- A expectativa era conseguir ir mais longe nesse trabalho de atenção às particularidades socioeconómicas. Havia uma isenção total para pessoas com grau de deficiência significativo e também havia uma isenção para crianças até aos 10 anos e uma isenção parcial de crianças entre os 10 e os 12 anos. -----

----- Eram os pontos essenciais, se houvesse alguma questão tentaria responder.-----

----- **Membro Michele Faro (PCP)** disse que não tinham qualquer questão. Todas as questões que tinham em relação a esse documento levantaram na Assembleia em que foi discutida e, aliás, deram a opinião em relação a tudo isso. Já na altura viram esclarecidas as dúvidas e agora, retirando aquela parte, estavam ok com isso. -----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que em primeiro lugar achava que esse regulamento tinha um problema desde a sua génese, era que não foi objeto de consulta pública e, portanto, achava isso negativo. De facto, a Lei obrigava a que esse tipo de documentos tivesse escrutínio público, fossem objeto de uma consulta pública e isso não foi cumprido. Também não se percebia porquê, se o outro regulamento do voluntariado cumpriu a consulta pública, por que razão esse não cumpriu o processo de consulta pública. Portanto, isso desde logo diminuía o documento e a sua legitimidade do ponto de vista formal. -----

----- Por outro lado suscitava algumas dúvidas, algumas questões, aliás algumas até nem compreendia bem, mas inclusivamente um dos artigos dizia que qualquer pessoa que fosse sócio de uma coletividade da Freguesia, independentemente de ser da Freguesia ou

não ser da Freguesia, podia ser de Freixo de Espada à Cinta, mas que fosse sócio de uma coletividade da Freguesia tinha direito a participar nas atividades da Freguesia. Parecia-lhe uma coisa um pouco estranha. Gostava de saber se isso correspondia à verdade ou não, se era isso que efetivamente lá estava, podia ser que a sua interpretação estivesse errada e esperava que sim. Achava isso uma coisa pouco ortodoxa. -----

----- Por outro lado, também estranhava muito que efetivamente nessa proposta não tivesse sido retomada a proposta que foi ali apresentada na última Assembleia relativamente às tarifas dos arraiais de Santo António. O facto da proposta na altura ter sido chumbada não significava que o Executivo não tivesse em sede própria e num momento próprio, que era esse, o da aprovação de uma revisão do regulamento, enquadrado de novo essa proposta. Seria absolutamente normal, não foi porque circunstancialmente, naquele momento, foi considerado extemporâneo aquele aumento e aquela alteração que agora, quando era apresentada à Assembleia uma proposta de fundo que revia esse regulamento, essa proposta estar claramente ausente. -----

----- Não compreendia nem acompanhava, não percebia como um episódio podia contaminar o outro. Uma coisa era naquelas circunstâncias específicas, a um mês do acontecimento, poder haver dúvidas sobre o timing ser o correto para aplicar aquele aumento de tarifas. Outra coisa era num quadro muito mais distanciado dessa realidade, poder efetivamente haver uma atualização dos valores que eram pagos, até porque isso depois levantava outras questões que, a seu tempo, teriam oportunidade de debater. ---

----- Para já, parecia-lhe um documento eivado de um conjunto de incorreções e de insuficiências. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que foi uma coisa que todos os partidos na altura discutiram, quanto à questão das taxas dos arraiais seria uma questão a discutir posteriormente, em sede própria e não num regulamento geral. Quando dizia sede própria, separado do regulamento geral de taxas que estavam a aprovar. -----

----- Outra questão era que as taxas que foram ali discutidas e analisadas eram para o arraial de 2026. Depois o Executivo faria uma avaliação desse arraial e nessa sequência voltariam a analisar o que fazia sentido para o arraial de 2027. Portanto, eram arraiais diferentes, as questões eram diferentes e, portanto, essa taxa em concreto era para o arraial de 2026. Eventualmente, no futuro, podiam ter uma taxa geral, mas nesse momento era para 2026 e não fazia sentido estar a contaminar e a inquinar o processo para o processo de 2027. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que esse regulamento era especificamente para 2026 e isso tinha que ficar claro, até porque a própria norma da vigência fixava a vigência até 31 de dezembro de 2026. Significava que a única coisa que estavam a discutir, e daí a necessidade de ter isso aprovado em abril, era garantir que durante o ano de 2026 para um conjunto de atividades que toda a gente teria concordância quanto à necessidade de realizar, ou à oportunidade, de ter um quadro regulatório que fixasse uma coisa que antigamente não acontecia, que eram critérios gerais e abstratos de acesso. Ou seja, todas as atividades precisavam sempre de um despacho, de uma deliberação que fixava efetivamente os critérios de acesso, para que depois a decisão sobre quem acedia a um determinado serviço não era aleatória, estava previamente fixada e era especificamente para 2026. -----

----- A Freguesia precisava e esperavam ainda esse ano conseguirem ter um regulamento geral de taxas, que não tivessem que andar todos os anos a aprovar um regulamento especificamente para esse ano. Esse era um trabalho demorado e de facto já tiveram ali uma primeira abordagem, havia um trabalho de fundamentar económica e financeiramente as opções. Esse trabalho tinha que ainda ser mais aprofundado, para que

a racionalidade económica das taxas fosse efetiva. Portanto, era um trabalho que teria que ser feito para terem um regulamento de taxas a vigorar para o futuro. -----

----- Relativamente à consulta pública, porque não se fez, a explicação estava na nota justificativa. Página 3 da proposta, primeiro começava por elencar porque estavam ali, porque esse regulamento era apresentado agora. Apresentava a razão, que tinha sido chumbado em abril e, portanto, era necessário retirar-lhe os elementos problemáticos para conseguir aprovar. -----

----- “Quando se apresentou a proposta de regulamento à Assembleia de Freguesia para aprovação na reunião de 29 de abril, foi preterida a consulta pública, em conformidade com a alínea b) do número 3 do artigo 100 do Código de Procedimento Administrativo, uma vez que o mesmo visava dar enquadramento a atividades que seriam realizadas a partir de maio. Contudo, a proposta de regulamento foi discutida e votada na reunião da Assembleia de Freguesia de 5 de maio. Em face disso, tendo em vista a respetiva aprovação na Assembleia de Freguesia de junho, não existia hiato de tempo suficiente para ajustar a proposta, remeter para publicação em diário da República, estar em consulta pública 30 dias úteis, ser aprovada em reunião da Junta de Freguesia e ser remetida à Assembleia de Freguesia com a antecedência legalmente exigida.” -----

----- Se o Daniel quisesse comprovar a veracidade disso, havia nesse momento projetos de regulamento em consulta pública da Freguesia e poderia haver projetos que foram remetidos passado um pouco de 5 de maio, não tiveram o período de consulta pública a decorrer no tempo necessário para levar a essa Assembleia de Freguesia, porque só entre o remeter para Diário da República e ser publicada em Diário da República podiam chegar a decorrer dez dias úteis. Essa era a razão. -----

----- Relativamente à audiência da consulta pública, ela estava legalmente balizada, o mesmo Código de Procedimento Administrativo que previa a necessidade de consulta pública também previa razões pelas quais podia não haver consulta pública. Isso não era um tema e o Daniel sabia bem que não era um tema, porque se para uns assuntos dizia que já foi Vereador, que conhecia, então para esses assuntos também tinha que conhecer, por maioria de razão. -----

----- Gostaria só de esclarecer uma questão que se falou, a questão dos sócios de coletividades, primeiro achava que era o desmerecer de muitas pessoas. Conhecia e quem andava no associativismo ainda conhecia mais, havia pessoas da Ericeira que eram associadas em coletividades na Freguesia de São Vicente, bastante assíduos nas atividades. Isso era um facto e um ponto extremamente importante. -----

----- O regulamento, aquilo que dava preferência era a residentes na Freguesia, mas se para um determinado programa de férias ou passeio havia 100 vagas possíveis e só por exemplo 95 ou 98 residentes candidatos, era necessário ocupar as duas vagas sobrantas e era necessário definir quais os critérios para essa ocupação. Aquilo que se dizia era uma coisa muito simples, a partir do momento em que sobravam vagas face ao critério preferencial, ou seja, que não havia residentes suficientes para ocupar aquelas vagas, dava-se prioridade a um conjunto de outras pessoas, nomeadamente filhos de trabalhadores, pessoas que fossem integradas em agregados de trabalhadores na Freguesia e também a questão das coletividades. Ou seja, era um critério subsidiário que fazia todo o sentido porque tinha o elemento de ligação à Freguesia. -----

----- Havia pessoas em coletividades que efetivamente tinham uma ligação à Freguesia, uma ligação extremamente forte. Alguns até que tiveram que ir para outros lados porque perderam ali a habitação, deixaram de viver ali e continuavam a ser associados. Não sabia qual era a surpresa, isso existia, era a realidade. Essas pessoas mereciam consideração quando se definia esse tipo de critérios. -----

----- **Membro Sílvia Ferreira (PS)** disse que como foi dito pela Michele do PCP, esse ponto tinha sido visto. Inclusivamente na Assembleia onde discutiram o ponto foi feita a proposta de se retirar a questão, uma das propostas foi de se retirar o ponto dos arraiais para se poder votar as taxas dos processos das crianças, além da proposta depois de ser feito o pagamento parcial das taxas dos arraiais, que depois também não avançou. Portanto, queria fazer só um alerta à Mesa, iam votar esse ponto, estavam fechadas as intervenções e de facto estar a comentar, estar a fazer perguntas que o Executivo já tinha feito e já tinha apresentado na justificação da proposta, parecia que andavam sempre a queimar tempo sobre tempo e a repetir permanentemente questões que eram desnecessárias e podiam estar em questões essenciais.-----

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que ia muito de encontro ao que a Membro da Assembleia do PS acabou por dizer. Sentiam que realmente as Assembleias eram extremamente úteis e pelo menos das três que tiveram duas delas passaram para dias seguintes, mas era ótimo que estivessem a debater coisas interessantes, porque havia ali Membros que estavam desatentos, ou que iam ali repetir novamente as coisas, ou que iam ao sabor do vento e como também não estava muito lembraram-se de outras coisas. Tudo aquilo que foi debatido ali já tinha sido anteriormente. As coisas já tinham sido separadas, os regulamentos dos arraiais tinham sido separados desses regulamentos.-----

----- Na altura criou-se tanto alarido e provocado pela pessoa que agora estava ali com esse tipo de conversas, porque era simples o Executivo ter separado automaticamente os arraiais dessa proposta e essa proposta tinha sido aprovada na Assembleia anterior, não havia qualquer tema sobre isso, mas na realidade havia pessoas que tinham que falar só por falar e tinham que os ouvir e perder também o tempo com isso.-----

----- Uma das coisas que queria só apenas ressaltar, só para terem em atenção, uma das propostas que fizeram na última Assembleia e que o Senhor Presidente acabou ali também por referir agora era que se criasse um grupo de trabalho em relação aos arraiais, para começarem então a falar, para uma proposta concreta e para que não houvesse novamente toda a confusão que existiu. Esperava que pensassem com tempo, poder ter tempo para o fazer como devia ser e que chegassem todos a uma conclusão para que na realidade os arraiais pudessem sofrer algumas alterações, mas com conta, peso, medida e que essa Assembleia, na sua maioria, estivesse integrada nessa alteração. -----

----- **Membro Vitor Agostinho (PCP)** disse que existia um regulamento dos arraiais, ele existia e no mandato anterior não houve condições no grupo de trabalho criado, com o tipo de fantasias parecidas com o que estava ali a ser encaminhado, porque chamasse aquilo que chamasse tinham que ver mesmo as alterações a esse regulamento, que tinha de ser aprovado na Assembleia e não se compaginava com aquele que foi visto anteriormente. -----

----- Em relação a isso, havia que ver com alguma rapidez como isso ia conseguir funcionar. O PCP estava disponível sempre para esse tipo de diálogo e, em relação às questões mais gerais, em democracia estavam sempre em condições de abrir a discussão, independentemente de ter sido ultrapassada. Tinham que analisar no futuro e agora também se quando se abria a discussão era para acrescentar alguma coisa, ou se era mais uma vez para ter ali algumas situações.-----

----- Isso era o que tinham cada vez mais que analisar. Tinham experiências na Assembleia anterior que havia também um Membro, sem dizer nomes, que ia para ali um bocado, deixassem passar o termo, fala-barato. Não podiam pôr o risco de agora haver uma nova Assembleia que mudou de fala-barato, mas continuava a falar barato e enquanto eleitos tinham de ter as condições, era necessário isso avançar. Onde havia problemas que discutissem e que vencesse quem tinha melhor opinião, quando não havia deixassem essas coisas avançar para não estarem ali toda a noite. -----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que havia ali pessoas que tinham conceitos muito restritivos do que era o funcionamento da democracia, mas isso era um problema que respeitava a cada um e não ia poder de facto resolver esse problema, porque era preciso perceber que o funcionamento da democracia era isso mesmo, o contraditório, a capacidade de efetivamente exercer um direito, o direito de oposição, normalmente exercido por quem não estava no Executivo. -----

----- Se havia quem prescindia desse direito, ou tinha uma perspetiva minimalista desse direito, cada um fazia a gestão que entendia e a única coisa que tinha que depois responder era perante os seus eleitores. Era isso que fazia perante os seus e, portanto, cada um faria isso perante os seus eleitores. Isso era o que achava ser fundamental. -----

----- Em relação às questões que foram verdadeiramente interessantes, colocadas pelo Tiago, que tinham a ver com questões substantivas, o que queria dizer era que de facto a Lei previa a possibilidade de dispensa de audição prévia, mas isso era uma exceção, a regra não era essa. A regra era que devia haver uma audição, a regra era que devia haver consulta pública. Claro que havia exceções, mas não se podia estar sistematicamente a invocar exceções para fugir à consulta pública e no caso desse regulamento já foi feito duas vezes. Isso parecia-lhe claramente abusivo. -----

----- Relativamente à questão dos critérios para acesso às iniciativas da Junta de Freguesia, compreendia que houvesse critérios e achava que devia haver critérios e um dos critérios até podia ser, quando esgotados os moradores da Freguesia, podia ser o acesso a essas atividades de acordo com um outro conjunto de critérios. Designadamente, os membros das direções das coletividades que não residiam na Freguesia e os seus familiares, achava um critério razoável. -----

----- Achava mesmo um critério razoável os comerciantes, obviamente os trabalhadores que estavam na Freguesia, achava um critério razoável isso estar plasmado. No entanto, indiscriminadamente qualquer pessoa que era sócia de uma coletividade poder ter acesso, isso de facto parecia-lhe uma interpretação já muito abusiva daquilo que deviam ser os serviços que a Junta de Freguesia devia prestar de facto, à população e àqueles que em primeiro lugar devia servir. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que eventualmente já no final do ano iriam poder fazer um exercício de quantos regulamentos foram submetidos a essa Assembleia de Freguesia e que foram precedidos de consulta pública. Esse era o único. Estavam vários regulamentos já em consulta pública. Aliás, tinham um nessa sessão que foi sujeito a consulta pública. -----

----- Às vezes colocavam uma questão que achavam relevante e dava uma resposta, nesse caso até lera o que estava na nota justificativa, qualquer um dos Senhores podia ter lido. Aquilo que se dizia era uma coisa muito simples, que se fosse sujeito a consulta pública a seguir à última Assembleia de Freguesia não poderia ter ido a essa. Se quisesse contrariar isso tinha que levar elementos. Já lhe tinha dado os elementos, já lera o que estava. -----

----- Se estavam a falar de um regulamento que o objetivo era regular atividades de 2026 iam levar na Assembleia de Freguesia de dezembro? Achava que também era preciso bom senso e ele era mais preciso quando compreendiam, quando era objetivo para toda a gente, que essa era uma Junta de Freguesia que punha por princípio regulamentos em consulta pública, que fazia sessões públicas de esclarecimento sobre diversos temas, que fazia inquéritos à população. Ou seja, se havia cultura que esse Executivo tinha era a da participação. -----

----- Portanto, quando assim era, exigia um bom senso que se percebesse a razão evocada, que se percebesse que ela era uma objetiva factual verdadeira e que, portanto, não

entrassem ali numa discussão relativamente a se havia ou não razões para preterir a consulta pública. -----

----- Relativamente às coletividades, se lesse também ia perceber isso, houve um cuidado de garantir um período mínimo de vinculação a uma coletividade. Era o suficiente para garantir que uma pessoa que se associou a uma coletividade não o fez com o único propósito de aceder a uma atividade da Junta de Freguesia. Isso estava garantido. -----

----- Relativamente a se era um membro da direção ou não, conhecia mais ou menos bem as coletividades na Freguesia e havia até ali pessoas que faziam parte das coletividades. Essas coletividades tinham uma particularidade, era que o associado de base trabalhava afincadamente, prestava um contributo relevante dentro das próprias coletividades. Havia até uma ideia de que o contributo de todos era igual. Portanto, ia a Junta estabelecer que o contributo da pessoa A que pertencia a uma coletividade era mais importante que o da pessoa B? Não lhe parecia um critério razoável. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Regulamento das Atividades da Freguesia de São Vicente em 2026**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (PS, PSD, PCP, BE, IL e Chega) e 1 abstenção (MEFSV) -----

----- **V. Apreciação e votação do Regulamento do Voluntariado na Freguesia de São Vicente:** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o regulamento foi a consulta pública e tinha como objetivo regular todas as atividades que necessitassem de voluntários. Elencando as principais, nesse momento o objetivo da Junta seria em breve iniciar a Universidade Sénior. Um dos objetivos era a partir de setembro, esperavam conseguir ter a Universidade Sénior a funcionar e funcionaria em regime de voluntariado. Portanto, teriam professores a ensinar diversas matérias, inglês, património, o que fosse. -----

----- O objetivo com esse regulamento era cobrir os seguros das pessoas que prestavam voluntariado, fosse para a Universidade Sénior ou também para o grupo de proteção civil. Iriam ter um grupo de proteção civil de São Vicente, que teria evidentemente como principais parceiros as pessoas da Junta de Freguesia, mas também teria pessoal externo da Junta de Freguesia que estaria destacado e necessitava de estar coberto por esses seguros. -----

----- Portanto, um dos grandes objetivos do regulamento de voluntariado era sobretudo garantir que todas as pessoas que de alguma forma prestassem algum serviço de voluntariado à Junta de Freguesia estavam cobertos por um seguro da Junta de Freguesia.

----- Também estabelecia alguns critérios relativamente a algumas atividades, como na proteção civil ter pessoas idóneas, etc. Portanto, tinha como objetivo regular todas essas situações, mas não especificando se era a Universidade Sénior, se era a proteção civil, mas sim dando possibilidade que outros regimes que atualmente não estavam previstos por esse regulamento pudessem também ser abrangidos posteriormente pelo mesmo.--

----- Esse era o objetivo base do regulamento do voluntariado e, portanto, qualquer questão que houvesse estariam ali também para conseguir discutir e avaliar. -----

----- **Membro Vitor Agostinho (PCP)** disse que o Presidente falou em duas vertentes, mas sinceramente não sabia se estava consignada, muitas vezes a questão que tinha a ver com a abrangência até de seguro do voluntariado podia ser muito alargada. A Junta de Freguesia ia fazer um passeio em que tinha pessoas que voluntariamente iriam apoiar esse passeio e, portanto, era necessário que no tal regulamento voluntário essas pessoas, independentemente da ação, houvesse também esse cuidado e não ser apenas esses dois, que eram muito importantes, mas que também era importante abranger tudo quanto estivesse de voluntariado nesse regulamento.-----

----- **Membro Sílvia Ferreira (PS)** deu os parabéns por esse regulamento e porque o voluntariado, de facto, era uma iniciativa de ação social e muitas vezes não só privilegiava o beneficiário, mas também privilegiava quem fazia voluntariado e era de iniciativa livre. Portanto, também saudar essa iniciativa e salientar que, de facto, o voluntariado não era uma prestação de serviços nem um trabalho, era uma ação em função de um determinado tempo e de uma produção de um determinado valor social. Ele não devia ser gratuito, devia ter a cobertura. Não tinha pagamento, mas não era gratuito, o voluntário não devia ter despesa. -----

----- Também essas questões estavam ali asseguradas, assegurando o salário, assegurando eventualmente a prestação do transporte se a pessoa tivesse que deslocar propositadamente e tendo um custo acessório sobre isso e eventualmente até alguns custos de alimentação, de forma a que o voluntário não tivesse custos. Portanto, dava os parabéns por essa iniciativa que cobria tudo aquilo que era um voluntariado hoje atual, contemporâneo e que beneficiava todas as partes. Muitas vezes havia pessoas sem qualquer atividade, que queriam muito fazer voluntariado e ele tinha de estar regulado e esse passo era também muito importante. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que a partir desse momento todas as ações de todo o recurso a voluntariado teriam que, necessariamente, estar enquadradas nesse regulamento. -----

----- Relativamente à questão particular desses voluntários, nesse caso concreto dos passeios não tinham recorrido, ou seja, tinham usado o pessoal da casa, que era o normal, mas de facto podia às vezes haver essa vontade. -----

----- Relativamente à questão das despesas, havia no fundo três tipos de despesas que iam estar cobertas por parte dos voluntariados. Aquelas que podiam surgir no âmbito da ação, mas que fossem de alguma forma inesperadas, ou seja, se havia a necessidade de ter que deslocar um meio de transporte que não estava previsto porque aconteceu algum problema. Podiam ter que assegurar, por exemplo, o título de transporte ou transporte adequado, caso a pessoa não tivesse por exemplo passe e só precisasse dele para fazer a atividade de voluntariado. Por último as refeições, quando as refeições calhavam durante o período de voluntariado e aí tinham duas opções, ou providenciavam diretamente a refeição, ou então haveria uma senha de refeição que seria o equivalente ao subsídio de alimentação aplicável na administração pública, na Junta de Freguesia. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Regulamento das Atividades da Freguesia de São Vicente em 2026**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **VI. Apreciação da Informação Escrita do Presidente;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que foram feitas várias perguntas na Assembleia passada sobre questões da ordem do dia da Freguesia e muitas delas já foram respondidas. Se houvesse questões que pretendiam em concreto que esclarecesse, podiam dizer. Em relação a tudo o resto, tinham a informação escrita que puderam ler e tomar conhecimento. -----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que a informação escrita que discutiam merecia uma reflexão que ia muito para além da descrição das atividades realizadas, porque aquilo que esse documento procurava apresentar era uma determinada narrativa política. Naturalmente, todos desejavam uma Freguesia moderna, inovadora, próxima dos cidadãos. O problema não estava nas palavras, o problema estava na diferença entre o discurso e a realidade, porque governar não era produzir narrativas, governar era produzir resultados e quando confrontavam essa narrativa com os dados financeiros que a Assembleia já analisou num passado recente percebiam que existia uma contradição profunda. -----

----- O Executivo falava de modernização, mas o que encontravam eram dois anos consecutivos de prejuízos. Em 2024 cerca de 686 mil euros e em 2025 foram 964 mil euros, um agravamento de aproximadamente 40%. Ou seja, enquanto o discurso evoluía, as contas pioravam. O Executivo falava de eficiência, mas as despesas continuavam a crescer e essa era a realidade. Os encargos com fornecimentos e serviços externos continuavam a crescer, os gastos de caixa operacionais continuavam negativos e, entretanto, assistiam também a um aumento muito significativo dos valores pagos em avenças e prestações de serviços. Isso não traduzia uma estrutura mais eficiente, traduzia uma estrutura mais pesada, mais cara, mais difícil de sustentar. -----

----- Portanto, havia uma frase que tinha utilizado na sua intervenção da tomada de posse e que agora, infelizmente, ganhava ainda mais atualidade. Dissera então que essa Freguesia corria o risco de hipotecar o seu futuro se continuasse a privilegiar a despesa imediata em detrimento da sustentabilidade e seis meses depois os factos confirmavam esse alerta. Agora sabiam que só no último ano a Junta acumulou um prejuízo de quase um milhão de euros e esse valor correspondia, em grande medida, à lógica de despesa que tinha vindo a continuar e que todos os dias assistiam e que se mantinha. -----

----- Em política era muito fácil fazer uma gestão para agradar, era muito fácil fazer uma política com base em festas e festanças, como dissera também na sua intervenção na tomada de posse, em eventos permanentes, expansão contínua da despesa, sem preocupação com o equilíbrio financeiro. Não estava a dizer que as festas populares não fossem importantes e não tinham valor, porque tinham, o que afirmava era que nenhuma política pública podia ser desligada da sustentabilidade financeira. Uma boa gestão efetivamente não se media pelo número de eventos organizados, media-se pela capacidade de prestar bons serviços sem colocar em risco as contas da organização e era precisamente aí que essa informação escrita revelava a sua principal fragilidade. -----

----- Ao longo de dezenas de páginas encontravam descrições extremamente detalhadas de iniciativas, de projetos, de atividades, encontravam números sobre participantes, encontravam um conjunto de autoelogios, mas não encontravam praticamente nenhuma informação sobre aquilo que verdadeiramente interessava a quem exercia funções tanto na governação quanto na fiscalização. -----

----- Quanto custou cada iniciativa? Qual o custo por participante? Qual o retorno obtido? Não sabiam, porque o documento descrevia atividade, mas não media resultados e essa era a diferença essencial. Uma administração pública moderna não se limitava a fazer, tinha de demonstrar que fazia bem, que fazia ao menor custo possível e que utilizava responsabilmente o dinheiro dos contribuintes. -----

----- Outro aspecto que merecia destaque era aquilo que o documento não dizia. Não encontravam uma única referência ao prejuízo de 2025, não encontravam qualquer plano de reequilíbrio financeiro, não encontravam medidas concretas de contenção da despesa, não encontravam uma estratégia para inverter a trajetória das contas públicas na Freguesia que estavam em negativo há mais de dois anos consecutivos. Sobretudo, não encontravam qualquer referência à recomendação aprovada por essa Assembleia para a realização de uma auditoria às contas, à atividade financeira contabilística e patrimonial da Junta de Freguesia. -----

----- Essa recomendação foi aprovada pela Assembleia, pelo órgão deliberativo, por uma maioria qualificada e pura e simplesmente o Executivo decidiu não lhe dar seguimento. Essa decisão era profundamente reveladora, porque quando uma maioria política decidia não aproveitar um instrumento que promoveria a transparência, que injetaria confiança e escolhia de facto fugir a esse escrutínio, estavam perante uma gestão que não servia o interesse público. Portanto, tinham na verdade de exigir ao Executivo aquilo foi aprovado por essa Assembleia de Freguesia, por larga maioria, que era efetivamente a auditoria à

gestão dos exercícios passados da Junta de Freguesia, porque a melhor forma de avaliar uma estratégia não era pelas palavras que utilizavam os responsáveis pelo Executivo, era pelos resultados que se produziam.-----

----- Os resultados financeiros conhecidos diziam que aumentaram os prejuízos, aumentou a despesa estrutural, aumentaram os encargos com contratação externa e avanços, manteve-se uma forte dependência de transferências públicas, não existia qualquer plano de reequilíbrio financeiro e foi ignorada uma recomendação dessa Assembleia destinada, precisamente, a reforçar a confiança e a transparência. Perante esse quadro, a pergunta era inevitável. Estavam perante uma mudança do modelo ou perante a continuação do mesmo modelo que produziu um prejuízo de quase um milhão de euros só no ano passado? Para si e pensava que para todos, a resposta era clara. ----

----- O problema dessa Junta nunca foi falta de atividade, o problema era a falta de responsabilidade, porque gastar era fácil, qualquer pessoa sabia gastar, governar era outra coisa, era fazer escolhas e saber dizer não quando o dinheiro público o exigia e perceber que cada euro gasto agora era menos um euro disponível depois. Era precisamente isso que esse Executivo não fazia, esse Executivo governava a Junta como se o dinheiro público nunca acabasse, como se existisse um poço sem fundo, mas esse poço não existia e se existisse tinha que ser um poço de petróleo, porque para alimentar o ritmo de despesa que esse Executivo mantinha só com um grande pecúlio que de facto não tinham. ----

----- Portanto, os números eram implacáveis. O problema persistia e não era por falta de avisos. O problema era que o Senhor Presidente e o Executivo não os queriam ouvir. Já perceberam que o problema também não era a falta de dinheiro, o problema era que nem sequer o respeitavam e já perceberam que fazer contas não era propriamente a especialidade do Executivo. A especialidade era gastar em festas, gastar em festanças, em avenças, prestações de serviços, sempre gastar porque alguém havia de pagar. ----

----- Esse era talvez o maior problema dessa governação, governava como se as contas nunca chegassem, mas tinha uma notícia para dar, era que as contas chegavam, já chegaram em 2024, chegaram em 2025 e apostava singelo contradobrado que iam chegar em 2026, porque com o nível de despesa que essa Junta mantinha era absolutamente insustentável. -----

----- Sabia que já anunciaram cortes, nomeadamente anunciaram o corte numa iniciativa que era uma iniciativa emblemática dessa Freguesia em matéria cultural e que era a Colina das Artes. Os populistas, a primeira coisa que faziam era cortar na cultura, isso todos sabiam, mas não se esquecesse que estavam nesse lugar era para servir o interesse da população, não era para ceder à população. -----

----- **Membro Michele Faro (PCP)** disse que na atividade do Mercado de Santa Clara, que era um equipamento incrível da Freguesia, viam ali uma série de iniciativas e nessas iniciativas seria interessante perceber quais delas eram feitas e produzidas pela Junta de Freguesia, porque muitas das que ali estavam plasmadas eram alugueres que a Junta de Freguesia fazia a organizações, associações e tudo mais. Nada contra, mas achava que plasmado na palavra escrita do Senhor Presidente deveria estar uma diferenciação entre aquilo que eram iniciativas próprias realizadas, uma tarde de fado, um festival da sardinha, o que fosse. Não era à toa que estava a dizer essa coisa do festival da sardinha, era porque já lá tiveram um festival da sardinha naquele mercado. -----

----- Era fazer uma clara divisão da organização da Junta, daquilo que era a organização de terceiros e, muito bem, alugueres que eram feitos do mercado. -----

----- Depois, na página 29 o Senhor Presidente falava ali numa questão, uma ação social reforçada, Comissão Social da Freguesia. Gostaria que pudesse explicar um bocadinho mais do que era isso da Comissão Social de Freguesia, porque todos sabiam que tanto o FES-Câmara Municipal como o FES-Freguesia tiveram números de execução

miseráveis. Aliás, achava que só no ano passado teve uma execução até acima daquilo que era expectável, mas que essa comissão pudesse também ajudar a que mais e melhor fosse feito na Freguesia.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que começava pelas questões do Membro eleito Daniel Adrião que muito agradecia. Dizer que havia várias contradições, mas primeiro gostava de perguntar quem era a população. Ou seja, referia-se aos fregueses como a população e gostava de perceber quem era a população. -----

----- Tudo aquilo que disse foram contradições constantes no seu discurso, começando por dizer que cortaram a Colina das Artes, que quem começava a cortar era na cultura, depois sabiam que queria terminar com os arraiais de São Vicente, pensou-se em várias coisas que gostava de terminar na área da cultura, depois dizia que só promoviam festa, porque não considerava isso cultura. Portanto, era o mesmo raciocínio que fazia com a população. -----

----- Quando as coisas não eram de alguma forma como entendia era população ou festas, quando era aquilo que achava necessário então já seria cultura. Eram várias as contradições no seu discurso. Continuava a falar do passado, falava de Executivos anteriores, continuava a falar de exercícios de 2024 e não falava de futuro. Tudo isso era um conjunto de contradições, era no fundo aquilo que acabava por levar praticamente sempre. -----

----- Sempre que fazia as intervenções falava da questão de eficiência como se cortasse a despesa por si só, a eficiência. Eficiência do discurso era muito mais do que apenas falar de cortar a despesa ou crescer a despesa. Aliás, um dos objetivos era sim aumentar a receita, porque era aí que tinham que aumentar, era diversificar a receita, era olhar para o futuro e não estar constantemente a tentar identificar o que tinham que cortar, entre as quais a população, porque no seu critério deveriam cortar a população. -----

----- Boa parte daquilo que reforçavam em termos de prestação era mesmo na higiene urbana, tinham muitos recursos afetos à higiene urbana, continuavam a investir nos concursos públicos, era importante que isso estivesse resolvido o quanto antes e enquanto não tivessem esse assunto fechado iriam continuar a investir na higiene urbana. Era esse um dos grandes bolos que tinham de prestação de serviços. -----

----- Portanto, era isso que estavam a olhar, estavam a olhar para o futuro, estavam a olhar em criar uma melhor Freguesia, estavam a olhar em conseguir que essa Freguesia fosse uma referência na Cidade de Lisboa. Era para isso que foram eleitos, era para falar do futuro e não estar constantemente a levar demónios do passado, como queria fazer com esse discurso de contradições.-----

----- Relativamente à Membro Michele, quanto à questão da Comissão Social de Freguesia, a Comissão Social de Freguesia era representada por várias organizações de forças vivas da Freguesia, que serviria sobretudo como uma rede de contacto e de identificação também de casos de vulnerabilidade, de resposta social. -----

----- Sobre o mercado, uma das coisas que estavam a tentar fazer com o mercado e que já foi lançado era a questão dos artistas locais, queriam aumentar a possibilidade dos artistas locais terem preços competitivos e poderem fazer parte das iniciativas que havia na Freguesia. Tinham todo o gosto também em demonstrar aquilo que era feito pela iniciativa própria e também o que era feito por promotores que trabalhavam com a Junta de Freguesia. No entanto esses promotores, apesar de tudo, fizeram ao longo desses anos um trabalho que a Junta de Freguesia não conseguiu fazer, não conseguiu ter funcionários e prestar um serviço que era importante. Portanto o que tinham que fazer era sim reforçar a equipa que a Junta de Freguesia tinha para dar continuidade a atividades que quisessem fazer por iniciativa própria, mas sem dúvida sempre trabalhar em parceria com

promotores que validamente faziam também com que o programa cultural da Freguesia fosse o mais diverso possível. -----

----- **Vogal do Executivo Ana Alves** disse que a Comissão Social de Freguesia reunia várias instituições, desde as IPSS, escolas, associações e outras organizações da Freguesia. Eram membros de pleno direito e depois, quando reuniam, normalmente iam criar algumas subcomissões, podia ser da área social, da área da saúde, da área da educação, iam fazer um levantamento das várias situações existentes. A partir daí iam juntos tentar encontrar uma solução, ou então canalizando para as estruturas que existiam na Freguesia. -----

----- Quando chegara ao Executivo pensava na Comissão Social de Freguesia e disseram-lhe que não existia. Eram das poucas Freguesias da Cidade de Lisboa que não tinha e orgulhava-se muito porque iriam passar a ter. Tinha feito parte de uma durante muitos anos e realmente com vontade conseguia-se fazer um trabalho de terreno muito bom e muito credível. -----

----- **Membro Michele Faro (PCP)** disse que era uma pessoa nascida na Freguesia de São Vicente de Fora, considerava-se uma pessoa do bairro. No entanto, desconhecia a expressão populaça e fora googlar, dizia “populaça - nome feminino, conjunto de indivíduos, pertencentes às classes sociais mais baixas.” Isso, de facto, dignificava muito a Assembleia. -----

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que tinha acabado de receber um e-mail com alguma informação financeira. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício** referiu que a Mesa acabou de receber esse e-mail e pedira para reenviar, portanto fez esse envio. -----

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que tinha informação financeira do período de janeiro até 31 de maio. Não sabia se foi para tentar defender ali a posição de Daniel Adrião, que era interessante, mas se calhar era interessante esse e-mail ter sido recebido antes para terem analisado. Era importante esse documento ter sido visto antes. -----

----- **Vogal do Executivo Erica Conceição** disse que foi enviado antes da intervenção do Eleito Daniel Adrião porque reparara que no edital não estava junto da informação escrita. A informação financeira era obrigatória nas sessões ordinárias, por lapso do Executivo não foi enviada juntamente. -----

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** explicou que só fazia essa pergunta porque achava estranho estar a receber uma informação que até achava extremamente útil e que se calhar evitaria ali algum tipo de perguntas, do pouco que conseguira agora ver. -----

----- **Vogal do Executivo Erica Conceição** disse que se tivessem questões podiam fazê-las, só que havia um documento obrigatório nessa sessão e já tinham sido alertados em dezembro. -----

----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que só queria dizer ali uma coisa. Apesar de não ser obrigatória, se era uma informação que acabava por ser relevante e que dava para como oposição poderem fazer uma análise mais específica e conseguir perceber de que forma a Junta estava a funcionar, informação a mais nunca era demasiado. Não se ia esquecer que ali a Membro do PS, a primeira informação escrita do Presidente que acabou por ressaltar, que era demasiado detalhada e que era importante, da mesma forma que esse documento que acabara de receber agora era extremamente importante também e provavelmente iria evitar algumas perguntas desnecessárias que acabaram por acontecer. Já percebera que até estava fundamentado, mas mesmo que não fosse obrigatório e tinham essa informação que a dessem, só abonava a favor do Executivo. -----

----- **Vogal do Executivo Erica Conceição** esclareceu que esse documento era mesmo obrigatório nas sessões ordinárias. Tal como a informação escrita, a situação financeira

também era obrigatória. Não foi no edital por lapso, detetaram agora e foi enviado, antes sequer da intervenção do Eleito Daniel Adrião. -----

----- **Membro Sílvia Ferreira (PS)** disse que aproveitando a intervenção precedente, de facto achava que tinham de falar com factos. Não sabia onde se puderam inferir algumas conclusões que foram ali atribuídas ao Executivo. Não tinham um orçamento intermédio para avaliar se estavam a gastar mais dinheiro em avenças. Parecia uma intervenção de fim de mandato, já estava a ver que a cada sessão da Assembleia de Freguesia iriam estar a fazer uma avaliação de fim de mandato. Esse Executivo tomou posse em novembro, estava no início dos seus trabalhos, começou um mandato novo, não era responsável por situações precedentes de há 5 anos, 12, 15, 20, 25 e, portanto, estava no exercício das suas funções. -----

----- Reiterava a sua intervenção anterior, achava a informação do Presidente ser bastante detalhada e demonstrando aquilo que eram os valores do Executivo, a proximidade da população, um trabalho de equidade e de intervenção social, o benefício de larga escala dos moradores da Freguesia e daqueles que circulavam e participavam na Freguesia nas diferentes áreas. -----

----- Continuava a dizer que era uma informação do Presidente bastante extensa, achava que podia ser reorganizada com outro tipo de informação. De facto, a informação financeira poderia ter evitado algumas interpelações e ainda assim considerava que foram excessivas face à informação efetiva existente. Foram inferências que não se podiam deduzir, foram deduções pouco factuais. Portanto, dava os parabéns ao Executivo pelo trabalho desenvolvido, pelas atividades e pela proximidade que continuava a ter da população e não da populaça. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que a informação escrita do Presidente da Junta tinha sido organizada de acordo com as Opções do Plano. Aprovaram ali as Opções do Plano e o Senhor Presidente entendia, achava que com razão, que a informação devia ser prestada tendo em conta essa referência. -----

----- Era isso que fazia exatamente o oposto daquilo que o Eleito Adrião colocava ali. Estavam a facilitar a atividade de escrutínio, porque apresentavam o que estavam a fazer nas medidas que apresentaram ali e essa era a melhor forma de escrutinar. Se ela às vezes era mais ou menos densa, eventualmente podia simplificar um pouco, mas tinha uma racionalidade e estavam em querer que era a melhor forma de credibilizar a política, de aumentar o escrutínio e dessa forma reforçar a democracia. -----

----- **Membro Daniel Carapau (BE)** disse que não caracterizando a linguagem que foi usada, nalgumas alturas infeliz, achava que não podiam deixar passar a ideia que o Executivo estava a coartar a cultura. Obviamente que os partidos que suportavam a coligação nunca suportariam um Executivo que fizesse tal coisa baseado na eliminação de um evento. Por muito destaque que tivesse anteriormente, não era isso que permitia tirar qualquer tipo de conclusão. -----

----- Era evidente para todos os fregueses que não tinham faltado eventos culturais na Freguesia, que eles continuariam a existir nos próximos meses e anos com muita diversidade. Ainda no último sábado tiveram um grande festival de música no Jardim Botto Machado, que teve uma participação muito elevada durante muitas horas. Portanto, achava completamente despropositado o tipo de comentário ali feito. -----

----- Queria aproveitar para abordar o tema da mobilidade. Já foi ali referido o inquérito da mobilidade, uma iniciativa que obviamente saudavam e perguntava quando estava previsto saberem algumas das conclusões desse inquérito. -----

----- Saudar a iniciativa que foi feita da Rua da Graça sem carros, que podia ser reproduzida até eventualmente noutros espaços da Freguesia. -----

----- A questão do metro em Santa Apolónia já foi ali abordada, mas era importante porque já estavam no mês de julho e o anúncio que a Câmara fez e que causava ansiedade nas pessoas, de que ia fechar a estação de metro, mas quando fizeram a primeira reunião o site do Metro tinha zero sobre o assunto e continuava assim. Causava imensa estranheza como a Câmara avançava com uma informação dessa importância sem dizer qual era a data, dizia só o mês de julho, e o Metro estar em silêncio. -----

----- Já sabiam que a Carris pretendia reforçar as carreiras e todos concordariam que era muito insuficiente. Restava perguntar se o Executivo tinha alguma novidade, mas teria que ser a Câmara a dar explicações, esperando que conseguisse dar alguma informação concreta rapidamente porque não se admitia fazer esse pré-anúncio sem depois dar detalhes nenhuns em condições sobre o assunto.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que sobre o inquérito já fizeram um vídeo com alguns dos dados mais importantes, aqueles que saltavam mais à vista, fossem os 85 de moradores e de pessoas que trabalhavam na Freguesia a considerarem que os tuk-tuk eram um dos maiores problemas, mais de 78% da população também dizia que receava atravessar a passadeira. Fizeram essa parte comunicacional numa primeira fase e os dados estavam a ser trabalhados para enviar à Câmara Municipal de Lisboa, não só o inquérito em concreto, mas também todas as medidas de mitigação do plano de segurança rodoviárias e não só para a Freguesia. Logo que tivessem essa parte também fechada partilhariam com a Assembleia, para terem acesso à informação e perceberem o que estavam a fazer. -----

----- Relativamente às ruas fechadas, era uma iniciativa que iriam continuar a fazer, provavelmente em setembro poderiam voltar a fazer por várias partes, eventualmente iriam fechar à volta do Botto Machado no mês de setembro e depois com regularidade fazer várias iniciativas ao longo da Freguesia, as ruas fechadas, para que as pessoas pudessem aproveitar o espaço público sem viaturas nesse dia. -----

----- Sobre a questão da estação, podia voltar a ver com a Câmara e reforçar essa questão. Sabia que já foram dadas várias datas, mas podia voltar a reforçar para saber se havia alguma informação a acrescentar. Logo que tivesse daria com a a maior brevidade possível. -----

----- **Membro Michele Faro (PCP)** disse que quando pediam alguma informação, entendia que agora o Senhor Presidente era um influencer do tik-tok e da internet, mas não os remetesse para as redes sociais. Pediam informação relativamente ao relatório e ao inquérito que foi feito, entendiam que havia uma comunicação externa para os moradores, mas que houvesse uma informação concreta ali aos Membros eleitos, não os remetendo para aquilo que era partilhado nas redes sociais.-----

----- Dava os parabéns ao Senhor Presidente, estava a amar a sua carreira no tik-tok. --

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que por acaso esse foi um vídeo sem que tivesse aparecido, era só um vídeo com uns dados. -----

----- Podiam facultar os dados que foram dados, fizeram a ação das ruas fechadas e também falaram sobre os dados. Fizeram não só um vídeo para as redes, mas também houve uma ação de rua e no final demonstraram alguns dos resultados, mas se não estiveram nessa ação e se não viram as redes evidentemente não sabiam. Portanto, fariam também chegar aqueles que eram os resultados do inquérito que realizaram. Não sabia se estavam na página da Freguesia, mas também podiam colocar no site e era mais fácil para terem acesso. -----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que quando usava essa expressão não tinha nada a ver com classes sociais, tinha a ver com a multidão, com a turba, com a vox populi, com a cedência ao populismo em toda a linha. Essa era a questão fundamental, que quem governava não podia ceder ao populismo, não podia ceder ao que era mais fácil, tinha

que ser exigente e essa exigência não se refletia, na sua perspetiva, no comportamento da Junta. Aliás, até na sua relação precisamente com as redes sociais, de uma forma completamente excessiva. Uma coisa era fazer uma vez ou outra, claro que também já tinha feito, outra coisa era sistematicamente usar as redes sociais para governar em função das redes sociais, para governar em função dos “gostos” e dos “likes” e dos comentários do tik-tok. -----

----- Era a isso que se referia, era esse o tipo de comportamento assente no populismo, assente na turba, assente na multidão, que era insustentável para quem queria fazer uma governação séria, porque senão caía no mesmo estilo que tanto criticava a outros. Quando se criticava a extrema-direita e se criticava o uso e abuso dos tik-tok por parte da extrema-direita e quando se criticava o comportamento abusivo, populista, de cedência àquilo que era a vox populi, e depois se fazia exatamente a mesma coisa, aí de facto havia uma grande incoerência. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que para além da contradição, visto que o Membro eleito Daniel Adrião fazia vários vídeos para o tik-tok, mas para além dessas contradições a comunicação era um direito dos fregueses e o que tinham que garantir era sobretudo a sua eficiência. -----

----- O que poderiam eventualmente criticar era o conteúdo que algumas pessoas de extrema-direita faziam dessa comunicação. Nunca o viram a falar sobre essas questões das redes sociais, eventualmente se falasse algum dia era sobretudo o conteúdo. Portanto, o que lhes interessava era comunicar, comunicar bem, comunicar de forma que as pessoas realmente tivessem acesso, fosse através das redes, através dos editais, através de uma revista que gostavam muito que a Junta tivesse, fosse através de tudo aquilo que eram meios para chegar próximos à população, porque a população em democracia tinha o direito de ter informação. -----

----- Iriam estar em todos os espaços que os fregueses estivessem, fosse nas redes sociais ou na rua, em todo e qualquer espaço que os fregueses estivessem, porque esse era o objetivo, era a missão e o que os fregueses os desafiavam a fazer diariamente, era estar em contacto com eles e prestar a informação que fosse necessária. -----

----- **VII. Eleição de Vogal da Junta de Freguesia de São Vicente:**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício** disse que cabia à Mesa, já que o assunto até foi abordado anteriormente, fazer um ponto de ordem e dizer que efetivamente a diferença em relação às renúncias, a suspensão necessitava de uma apreciação da Assembleia, que tomava efeitos depois de reduzida a escrito, a renúncia não necessitava da aprovação da Assembleia. Não obstante, a Mesa achava que a nota de renúncia que foi enviada à Mesa pela Vogal Patrícia Leal devia ainda assim ser lida. Aliás, pediram autorização à Patrícia, precisamente porque se não tivessem autorização também não a poderiam ler. -----

----- *“Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa da Assembleia da Junta de Freguesia de São Vicente.* -----

----- *Assunto - renúncia ao cargo de Secretário da Junta de Freguesia de São Vicente.*

----- *Eu, Patrícia Pombinho Leal, titular do cartão de cidadão número..., residente na Freguesia de São Vicente, Lisboa, venho pelo presente comunicar a V. Excelência a minha renúncia ao cargo de Secretário da Junta de Freguesia de São Vicente com efeitos imediatos.* -----

----- *A decisão que tomo resulta de um contexto de funcionamento interno que, ao longo do tempo, se tem revelado desafiante e pouco alinhado com aquilo que considero serem os princípios fundamentais de colaboração institucional. Ao longo do exercício das minhas funções procurei sempre agir com sentido de responsabilidade, respeito pelo cargo e espírito de cooperação. No entanto, tenho sentido dificuldades em encontrar um*

*enquadramento que permita continuar a desempenhar as minhas funções de forma plena e alinhada com esses valores. -----*

*----- Mais declaro que, na sequência da presente renúncia, abdicó igualmente do direito de regresso à Assembleia de Freguesia, renunciando, para os efeitos legais, ao exercício do respetivo mandato. Nos termos do disposto do número 1 do artigo 76º da Lei nº 169/99 de 18 de setembro, na sua redação atual, conjugado com a Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, a presente renúncia produz efeitos imediatos. -----*

*----- A presente decisão é tomada com sentido de responsabilidade institucional, colocando o interesse público e a dignidade do exercício de funções acima de qualquer permanência num contexto que considero incompatível com esses valores. -----*

*----- Não obstante, manter-me-ei disponível para assegurar uma transição responsável, num estrito respeito pelos compromissos assumidos para com a população da Freguesia de São Vicente. -----*

*----- Aos Senhores Membros Eleitos da Assembleia de Freguesia formulo votos de um mandato orientado pelo interesse da Freguesia de São Vicente e dos seus cidadãos. --*

*----- Com os melhores cumprimentos, Lisboa, 21 de abril de 2026.” -----*

*----- Continuando, disse que a Mesa recebeu o pedido para a inclusão na ordem de trabalhos da eleição de um novo Vogal e tomou, portanto, os procedimentos necessários para isso. -----*

*----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que se essa carta foi apresentada a 21 de abril, salvo erro, ainda tiveram uma Assembleia posterior a essa data e perguntava a razão de ser apresentada nesse momento. Tiveram uma Assembleia posterior a essa data, se não seria conveniente essa carta ser apresentada nessa altura. -----*

*----- Não obstante tudo o que era dito ali, devia levantar algumas questões, porque falavam de palavras específicas como ética, responsabilidade. A sua conclusão acerca dessa carta levava a pensar várias coisas e muitas delas podiam nem fazer sentido nenhum e era apresentada num momento em que, mais uma vez, estavam a terminar uma Assembleia onde podiam se calhar fazer algumas questões, onde a seguir iam eleger o novo Membro da Junta. -----*

*----- Mais uma vez não lhe parecia transparente, já não foi anteriormente porque ela foi apresentada no dia 21, devia ter ido à Assembleia logo seguinte e o PSD acabou por perguntar, porque sabia que essa carta existia. Na altura jogaram com as palavras e com a Lei e afinal a carta existia e estava datada. Estava mais uma vez a dar razão a si próprio e se calhar já não iam ter tempo, porque não estava a apetecer passar outra Assembleia, ou irem lá para a semana outra vez. -----*

*----- Pedir para justificarem o que estava ali não ia ganhar nada com isso, porque ninguém ia justificar, mas provavelmente o PSD iria pedir à Vogal que pediu a renúncia para reunirem, para tentar perceber efetivamente o que se passou, porque havia palavras que deixavam no ar muita coisa, essa muita coisa podia não ser nada, mas efetivamente também podia ser muita coisa. -----*

*----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício** disse que em relação a palavras etc., isso não ia entrar por aí... -----*

*----- **Membro Tiago Gonçalo (PSD)** disse que não sabia se era possível ou não, mas gostaria que fizessem chegar, até para poderem ler, ou então teria que ir à gravação da Assembleia para ver com atenção novamente o que foi dito e o que estava escrito. -----*

*----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício** referiu que poderia questionar se autorizava essa divulgação. Aquilo que podia dizer era que realmente tiveram uma Assembleia depois dessa carta, houve um pedido de inclusão desse ponto, mas ele entrou na Mesa na véspera da data da Assembleia. Não era a Mesa que ia propor isso, até porque dependia sempre da indicação de um nome pelo Executivo. -----*

----- **Membro Vitor Agostinho (PCP)** disse que para o PCP o que representava por parte da Mesa da Assembleia o facto da carta de demissão da eleita, foi um ato de desorganização partidária. Ou seja, a Senhora pediu a demissão por razões que qualquer dia haveriam de saber, mas não podiam mandar a carta para ninguém, atenção aos dados, atenção à identidade, atenção a isso e depois podia haver algum problema. -----

----- Na altura, se estavam recordados, ali na Assembleia chamou-se à atenção disso e a Presidente da Assembleia pura e simplesmente não leu a carta porque o que ela tinha que fazer era apenas aquilo que agora foi feito, era ler a carta e acabou. -----

----- Para o PCP havia que ultrapassar partidariamente uma série de inconvenientes, como era natural, e até tendo em conta que a pessoa que estava na Junta de Freguesia nem sequer era do Partido Socialista, era do Bloco de Esquerda, percebiam partidariamente isso. Ficavam preocupados agora com a leitura da carta era os porquês. Essa parte que preocupava muito, mas era uma questão de interpretação. -----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que tinha sido o primeiro eleito ali a questionar a Presidente da Assembleia relativamente à ausência de comunicação dessa renúncia, mas isso era indiferente. A questão ali de fundo era que o Senhor Presidente da Junta devia uma explicação a essa Assembleia e tinha de reportar efetivamente o que se passou de tão grave que tivesse gerado uma incompatibilidade insanável entre um Membro do seu Executivo que o levasse a renunciar ao lugar. Era isso que tinha de dizer, o que se passou efetivamente para ter perdido, a poucos meses do início do mandato, um elemento do seu Executivo e que supostamente seria da sua confiança. Essa era a explicação que era preciso dar e ninguém mais podia dar a não ser uma pessoa, o Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente. -----

----- **Membro Michele Faro (PCP)** disse que privaram ali com a Patrícia durante o mandato anterior. Sempre entenderam o sentido de missão e a forma digna, séria, credível em como a Patrícia estava nesse mundo da política. Queriam deixar um agradecimento à Patrícia pelos cerca de seis meses em que esteve nesse Executivo e que a Patrícia não se afastasse dessa vida porque era uma pessoa que tinha tantos contributos para dar e uma forma tão genuína e tão particular como só a Patrícia o sabia fazer. A Patrícia tinha o coração no sítio certo e era uma mulher boa. -----

----- **Membro Daniel Carapau (BE)** leu a seguinte declaração: -----

----- *“O Bloco de Esquerda, nomeadamente o seu núcleo de São Vicente, quer manifestar publicamente o seu reconhecimento por todo o trabalho desenvolvido pela Patrícia Leal nos últimos cinco anos, seja enquanto Membro da Assembleia de Freguesia e depois na Junta de Freguesia.* -----

----- *A participação da Patrícia pautou-se sempre por uma grande vontade de contribuir com o seu trabalho para a melhoria das condições de vida da comunidade desta Freguesia, sem esquecer ninguém. Trabalhou sempre para a melhoria do apoio a toda a comunidade.* -----

----- *Respeitamos inteiramente a sua decisão de não continuar na Assembleia de Freguesia, mas sabemos que é uma pessoa com que a Freguesia pode sempre contar.”* -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que propunha o Membro Daniel Carapau para novo Vogal do Executivo. -----

----- **Membro Vitor Agostinho (PCP)** disse que no boletim de voto havia uma coisa que não devia estar, que era a palavra “abstenção”. Votava-se a favor ou contra, ou não se votava e era em branco. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício** submeteu à votação, por voto secreto, a eleição de Daniel José Martins Carapau como Vogal do Executivo da Junta

**de Freguesia de São Vicente**, tendo-se obtido o seguinte resultado: **9 votos a favor, 2 votos contra e 2 votos em branco.**-----

----- Continuando, disse que a eleição do Vogal obrigava a uma alteração imediata na composição da Assembleia e tomando, portanto, posse o elemento seguinte da lista do partido indicado. Portanto, o elemento seguinte do partido, nesse caso do Bloco de Esquerda, era o candidato independente indicado pelo Bloco de Esquerda, Selmo António da Conceição Pinto, a quem pedia que se apresentasse e se identificasse na Mesa. -----

----- (Nesse momento Selmo António da Conceição Pinto ocupou o seu lugar como Membro efetivo da Assembleia de Freguesia de São Vicente)-----

----- **Membro Michele Faro (PCP)** disse que no site da Junta de Freguesia de São Vicente, levantaram essa questão na sessão passada da Assembleia relativamente à questão das moções, eram apresentadas várias moções, vários documentos, várias considerações que não estavam ali no site, que não tinham seguimento, desde 2023 que não eram carregadas quaisquer informações relativamente a isso no site da Junta de Freguesia. -----

----- Outra questão que colocava era se foi enviada a moção aprovada na primeira sessão dessa Assembleia para os intervenientes e para os visados na moção. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício** referiu que em relação ao primeiro ponto a Mesa também reparou nesse facto muito recentemente e ia fazer, todas as moções e até potencialmente as do mandato anterior, 2024, mas pelo menos aquelas que tinham em posse que fossem publicadas e seria enviado assim. Terminando a Assembleia, a moção seguiria na semana seguinte para o movimento associativo e outros intervenientes. -----

----- **B. Intervenção do Público:**-----

----- **Freguês Luis Sá fez a seguinte intervenção:**-----

----- *“Muito boa noite à Mesa, ao Executivo e aos restantes partidos desta Freguesia.*

----- *Em relação ao metro em Santa Apolónia, tenho uma pequena informação que há um problema na drenagem da água, é por isso que a estação de Santa Apolónia ainda não fechou. Isto é o que me disseram. Lá para abril, maio do ano que vem, já a linha circular vai funcionar a coisa. Isto é as informações que me deram lá em baixo.*-----

----- *Primeiro, o Executivo deve saber que a Carris está uma vergonha, os transportes públicos demoram a vir, excesso de velocidade e ainda não houve nenhum atropelamento aqui na Rua Washington que os motoristas da Carris cada vez estão a acelerar. Eles não sabem o que é que está lá dentro. Já fiz uma carta à Carris a dizer isso, de excesso de velocidade, não gostei da resposta, mandei outra.*-----

----- *Os autocarros andam como andam, ou falta de óleo, ou perder água, peças e outras coisas a mais.* -----

----- *O problema das trotinetes aqui na calçada. O Senhor Tiago, eu mostrei ali na Rua Fernão Magalhães, na número 1, bicicletas, trotinetes, todas espalhadas. Já comuniquei à Câmara, a resposta está na mão de lá de cima da Câmara. Até hoje ainda não resolveram o problema das trotinetes, estão à espera que alguém se aleije, um cego, uma pessoa idosa. Os passeios escorregam, já há pessoas que caíram, não em cima das trotinetes, mas sim no passeio. Aquilo parece um ringue de patinagem.* -----

----- *Limpeza, lavagem de ruas, não vejo assim muitas. As ervas continuam a crescer. As pessoas continuam a pôr o lixo fora dos contentores do lixo. Não temos um ponto. Acho que devia haver mais atenção da própria Junta e da própria Câmara vir aqui de vez em quando a espreitar.* -----

----- *O multibanco aqui, eu não sou o criado de estar a ligar para a SIBS a dizer que a máquina X está avariada ou com falta de dinheiro. A Junta tem que resolver este problema.*-----

----- Há um ano que caiu o candeeiro ali na Calçada dos Barbadinhos, número 48. Telefone para a Câmara e é a E-Redes, a E-Redes põe o candeeiro, a luz põe a Câmara. Há um ano que vi os senhores da EDP aí, “viemos buscar a estrutura”.-----

----- O estacionamento, a limpeza das sarjetas, há falta de fiscalização mesmo para ver quem é, não vamos pôr câmaras nem andar atrás das pessoas. -----

----- A iluminação pública, isto é pior que o cemitério do Alto de São João, os mortos estão mais iluminados do que aqui a Freguesia. -----

----- Isto está na mão dos Vereadores lá debaixo do recinto onde os partidos estão lá. Está na mão da não sei quantos, eu tenho o papel. -----

----- Mais uma vez, a Junta de Freguesia deve juntar à Carris para saber em que condições os autocarros estão, vêm atrasados, travagens bruscas, eu não levo cinco minutos desde Santa Apolónia ao Cais do Sodré. Estão à espera que haja um acidente? Será que aqueles carros estão em condições para estar a circular? Eu espero que com a minha intervenção e com a intervenção aqui da Junta de Freguesia, com a Carris, convidem o Presidente da Câmara de Lisboa, o Senhor Carlos Moedas e a respetiva equipa de transportes, de trotinetes, de autocarros, a virem aqui à Freguesia ver como é que está a Freguesia. -----

----- Eu espero que a próxima intervenção, daqui a uns meses, eu tenha a resposta e haver coisas novas. Ponham autocarros mais pequenos a partir de certa hora, ajudem aos pares, um atrás dos outros. Telefona-se para a Carris e dizem “olha, estou na Rua Afonso Domingues, que horas é que vem o autocarro? Ah, não encontraram a Rua Afonso Domingues”, mas se eu disser a Rua de Mato Grosso, já encontro no sistema. Parece que está lá mesmo a Rua de Mato Grosso. Os autocarros não passam na Rua de Mato Grosso. A própria Junta deve comunicar essa situação à Carris, ou à Câmara, porque hoje a Cidade de Lisboa estão a matá-la lentamente. -----

----- Um dia pode acontecer alguma coisa e depois vamos ver se um carro de bombeiros chega aqui em cima e eu tive um exemplo que duas ambulâncias e um carro de bombeiros não passavam na Rua General Justiniano Padrel. Porque é que alargaram os passeios? É para ver esplanadas? É para as criancinhas passearem? Vejam no tempo do Marquês de Pombal, que havia pouco trânsito, vejam a diferença, porque neste momento a Cidade de Lisboa estão a matá-la lentamente e se acontecer um terramoto igual àquele de 1755, um carro de bombeiros não entra nos bairros. Tivemos o exemplo no Chiado.-----

----- Continuam-se a apertar ruas para quê? É para o turista andar a passear e todos nós? Por exemplo, lá em baixo no Terreiro do Paço, cortam as ruas ao fim de semana e estamos quase 20 minutos à espera de um autocarro e vejam como é que andam os autocarros. Em 8 de junho escrevi uma carta à Carris e não tive resposta. É triste.”--

----- **Freguês Diogo Lima** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa noite a todos, caros Membros da Mesa da Assembleia Freguesia, caros Membros do Executivo, caros Membros eleitos. -----

----- Eu vim aqui tocar já no assunto que tocaram ainda agora no fim da Assembleia, sobre a questão do metro de Santa Apolónia, porque de facto a estação do metro de Santa Apolónia é única aqui da nossa Freguesia e, portanto, é de facto bastante relevante nós conseguirmos perceber quando é que o encerramento vai acontecer, por quanto tempo é que ele vai durar. Portanto, eu aproveitava para instar novamente o Executivo a tentar interceder junto da Câmara para obter mais informações e depois, uma vez que o encerramento se efetuar, também para tentar garantir que o prazo é de facto cumprido e que o encerramento, se é nove meses, é de facto nove meses, não é doze, ou catorze, ou o que seja. -----

----- Ainda em relação ao encerramento também é importante, vai ser importante perceber quais é que vão ser os transportes alternativos que a Câmara pretende

*implementar. Claro que aquele mais óbvio é uma substituição rodoviária entre Santa Apolónia e o Terreiro do Paço. O problema fundamental com esta opção é que com as obras do PGDL não parece óbvio como é que vamos colocar autocarros ali naquela zona a fazerem a viagem em tempo útil. -----*

*----- Portanto, eu deixava aqui uma sugestão para o Executivo poder apurar sobre a exequibilidade dela junto da Câmara e eventualmente junto da CP, que seria utilizar a concordância de Xabregas para fazer ligações de comboio suburbano de Santa Apolónia diretamente para a Linha de Cintura. Atualmente esta ligação só é utilizada pelos comboios regionais que iam para o Oeste, neste momento só vão para Meleças porque a Linha do Oeste está fechada, mas se nós tivéssemos ligações suburbanas a utilizarem esta concordância seria possível ir diretamente do comboio de Santa Apolónia para Roma-Areeiro, onde há interface com o metro, para Entrecampos, onde há outra vez interface com o metro, e depois para Sete Rios, onde volta a haver interface com o metro. A CP poderia aproveitar o encerramento da estação de metro para testar esta ligação e depois, se porventura entendesse que este tipo de ligação suburbana tem pernas para andar, poderia depois passar a ser uma ligação permanente. -----*

*----- Pronto, era isso. Obrigado.” -----*

*----- **Freguesa Rosa Gomes** fez a seguinte intervenção: -----*

*----- “Boa noite a todos. Eu venho aqui porque em relação ao serviço de voluntariado, eu posso dizer que fiz cinco anos de voluntariado nesta Freguesia. Ganhei zero. Voluntariado para mim não é pago, não deve ser pago. Se é voluntário é porque é voluntário, não tem lógica que seja pago. Porquê? Fiz cinco anos e nunca levei nem um cêntimo. -----*

*----- No outro Executivo disseram que iam arranjar dez pessoas para me acompanharem. Eu andei com outra pessoa. A outra pessoa desistiu, mas desistiu por uma coisa, porque na altura eu queria que fizessem o seguro à outra pessoa e recusaram-se a fazer e foi passados cinco anos que me recusaram a fazer o seguro a essa pessoa. Eu disse “então agora acaba” e acabou o voluntariado. -----*

*----- O que eu quero dizer com isto é que o voluntariado é um serviço extremamente exigente, mas quem vai para o voluntariado sabe que é exigente. E mais, o voluntariado tem vários serviços, eu fiz o voluntariado no sentido de acompanhar as pessoas aos hospitais, às clínicas, em casa, porque a maioria dos idosos não saem de casa e esse voluntariado é o voluntariado número um. Não há outro. É ir a casa dos utentes, ir à casa das pessoas, devidamente credenciados também. É verdade, tem que haver um critério muito rigoroso, mas não é o voluntariado de levar as meninas a passear. -----*

*----- Quem está dentro de casa e são muitos, posso dizer que são muitas pessoas, quem está dentro de casa é que precisa desse tipo de voluntariado e não é quem anda nas excursões, nem é quem anda a passear. Isso para mim não tem sentido. De maneira que eu fiz o voluntariado, aprendi muito, gostei muito de fazer e acho que é esse tipo de voluntariado que faz falta nesta Freguesia. Portanto, é isso que eu acho que deviam criar no vosso Executivo, um grupo de pessoas que se dedicassem a ir na casa das pessoas. Uma palavra às vezes vale mais, sei lá o quê, uma palavra a um idoso que não sai da cama. Eu acompanhei pessoas que não saíam da cama. Certo? Só iam para os hospitais quando as ambulâncias eram chamadas. -----*

*----- Acompanhava as pessoas, em certas situações era a Freguesia que pagava os transportes, que eu não pagava, eu dava ao meu tempo e não pagava nada. As vezes pagava, mas pronto, isso já é um critério meu, não é do voluntariado. Por isso digo, criem um serviço de voluntariado dentro da Freguesia para aqueles que não podem sair de casa, para aqueles que não têm ninguém. Muitas das vezes não têm filhos, não têm netos, os familiares estão longe. Portanto, criem esse tipo de voluntariado. -----*

----- *Eu aplaudo essa iniciativa. Eu sei, os cinco anos deram-me esse conhecimento, não é só fazer um voluntariado com pessoas que não precisam desse tipo de serviço. Não tem lógica. Tem lógica é sentir o voluntariado onde ele é preciso e são das pessoas de idade que não saem de casa e que têm dificuldade em ir para os hospitais e que têm dificuldade porque os familiares não lhes ligam, pura e simplesmente.* -----

----- *Pronto, tenho dito.* -----

----- **Freguês Ludgero Pereira** fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Boa noite para todos. Primeiro vou pedir desculpa da minha maneira bairrista de falar. Condeno o vosso silêncio para com os marretas do costume, que eu também estou, os marretas do costume, não houve ninguém que tivesse a hombridade de oferecer uma porcaria de uma garrafa de água ao pessoal que está sentado. Ninguém se lembrou desta gentilha, já estou como... Eu agradeço, eu agradeço, mas a responsabilidade não é a sua, é que eu vou roubar dez cêntimos à Junta. Podem-me acusar de ladrão, agora atenção, esta vai para casa, pelo caminho passo pelo Continente, vou lá à máquina. -*

----- *Ora, vamos ao que interessa. Excelentíssimos Senhores Eleitos da Junta de São Vicente, segunda parte da reunião, 3 de julho de 2026. Lastimo o que vou falar hoje, mas sinto-me obrigado a tal. À presidência da Junta venho lembrar que nasci em 1948 e tenho 78 anos, tenho filhos quase reformados e netos com 28. Por isso não preciso de lições de moral nem contabilística, mas quero lembrar que sou salazarista de nascença e revoltado a nível militar desde 1969. Tenho aqui um carimbo que é a minha eterna paixão, Forte de Elvas por ser bom militar.* -----

----- *Desde 2013 que venho a estas reuniões públicas e nunca presenciei nestas ditas tamanha falta de civismo, de respeito pelos residentes e como se não bastasse entre os eleitos que dão lá para casa um triste espetáculo de civismo, de bullying político, a mandar em cara questões feitas, ideias propostas, ideológicas diferentes, mas só porque é de outro partido ou movimento já não presta, quer para a reunião, quer para a população. Quando é que aprendem a viver sem ódio? Respeitem-se uns aos outros e é assim, como se fossem um só conseguem fazer obra. Pois agora já não são milhares de euros, mas sim milhões.* -----

----- *Quando é que ganham inteligência para discernir de quem cá vem? Vem porque entende a obrigação bairrista de lhes apresentar problemas e não de disputa infantil entre os partidos eleitos. O sectarismo, a cegueira política, a ambição e a ignorância moral é má, é péssima. Eu não quero dar moral a ninguém. Ainda hoje não sei qual é a parte de trás das árvores para eu poder ir mijar. Eu quando me dirijo a uma árvore não sei qual é a parte de trás para fazer as minhas necessidades, nunca consegui perceber qual é a parte de trás das árvores.* -----

----- *É incrível, foi preciso mais de trinta minutos para marcar uma nova data para prolongamento da reunião em curso, mas no fim é contra as pessoas eleitas que se comprometeram a melhorar a eficácia orgânica da Junta em prol dos residentes, que os mesmos se revoltam. Desculpem eu ser eu.* -----

----- *Já há plano para chafarizes de verão no bairro? Mas daqueles que são usados para enchimento de garrafas para cães? Para todos, boas férias, até ao Natal pois vai estar tudo na mesma. Obrigado. Ludgero, José Pedra da Rocha Calau, eu digo ao que venho, por conseguinte passem todos mal, que é o meu prazer, é o meu gosto, não é a vossa vontade.”* -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** agradeceu todas as intervenções e a paciência de ainda estarem ali com esse tempo e a essas horas. -----

----- *Relativamente aos assuntos que foram levantados, na questão da Carris iam continuar a reunir com frequência e perceber essas questões. Sabia que a Carris, numa primeira reunião que tiveram disse que estava num processo de reestruturação de*

recrutamento de pessoal em primeira linha e também de atualização das suas... não tinha os timings da Carris, não mandava na Carris. Apenas fazia esse acompanhamento e ia, de tempos em tempos, sinalizando aquilo que eram os problemas dos fregueses e sinalizando aquilo que achavam que era importante fazer. -----

----- Na própria casa a dificuldade que às vezes era implementar novos sistemas, novas dinâmicas por vários motivos, desde logo até pela própria forma como funcionava o ordenamento jurídico e por outras formas, sabiam que as coisas não aconteciam em seis meses apesar de perceberem a necessidade. -----

----- Sabia que houve um recrutamento que foi bem sucedido, agora necessitavam de autocarros e, portanto, estavam a aguardar para que todas essas potencialidades estivessem preenchidas, para poderem outra vez exigir não só melhores condições dos autocarros como mais paragens de autocarros, principalmente nessa zona de Santa Engrácia. Foi um reforço que já voltara a fazer ao Presidente da Carris quando teve a oportunidade de estar com ele. -----

----- Também tinha dado nota da necessidade nesse período de onda de calor ter em consideração essas questões até das estações, das próprias paragens. Sabiam que ali tinham paragens sem cobertura. Havia vários países que já adotaram estações de paragens com verdes que arrefeciam e, portanto, as pessoas conseguiam estar na paragem de autocarro com maior tranquilidade e facilidade. Isso foi um dos temas que tinha apontado como necessidades futuras, mas sabiam que isso demorava o tempo que demorava e não eram processos fáceis, mas estavam em cima, estavam a controlar, estavam a parar e a tentar de alguma maneira levar novidades, logo que pudessem assim fariam. -----

----- Relativamente às trotinetes, o Vogal Tiago podia esclarecer também um bocadinho essa questão. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que como já tiveram a oportunidade de dizer, aquela situação que relatava era de trotinetes fora do lugar, aquele caso que mostrou agora mesmo era de trotinetes fora do estacionamento que estava reservado. Como já lhe tinha dito até por já várias conversas no passado, a Junta de Freguesia solicitou à DMM que aquela paragem de trotinetes do outro lado da rua fosse deslocada para outro sítio. Houve resposta favorável, mas essa deslocação tinha que acontecer por parte da DMM. Iam voltar a insistir para que essa deslocalização ocorresse. -----

----- Esse caso concreto era de trotinetes mal estacionadas, independentemente da zona de estacionamento. Nesse momento ainda não tinham equipa de fiscalização para isso. Era também um pouco duvidoso que a Junta de Freguesia pudesse atuar nesse tipo de situações, mas era uma avaliação que iam fazer. Percebia o constrangimento, porque o Senhor Luís estava sempre a alertar as autoridades e as situações mantinham-se e isso provavelmente só alterava com maior proximidade por parte das unidades de fiscalização. Nesse momento não tinham e depois era preciso avaliar se naquela ocupação em concreto podiam atuar. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que essas questões, para muitos fregueses não queriam saber se era a Câmara ou se era a Junta, era tudo a mesma coisa e queriam o problema resolvido e tudo bem. Compreendiam isso e estavam ali para fazer a parte da Junta e nas questões que não eram suas acompanhar e estar em contacto com a Câmara e tentar resolvê-las. Como a questão das lavagens, já fizeram um primeiro plano de lavagem, estavam no segundo plano. Na Calçada dos Barbadinhos, no dia 16 de julho também teriam uma lavagem. Estavam a fazer um plano para todas as ruas que já era público e a mesma coisa relativamente às ervas. já fizeram uma primeira deservagem. Era visível que estavam num ano atípico em todos os níveis, houve muitas chuvas e tinham agora muito sol. -----

----- Não era uma questão da cidade, mas também enquanto Executivo tentavam evitar o uso de produtos químicos que fossem de alguma forma não recomendáveis. Tudo isso era um desafio superior acrescido, mas já estavam numa segunda fase de deservagem. Ainda nesse dia estiveram a deservar o quartel, já deservaram outras partes da Freguesia. Iriam continuar a fazer esses processos que eram da Junta com alguma previsibilidade, dando conhecimento dos planos da Junta de Freguesia, como era o caso da deservagem e, portanto, estariam sempre em cima disso. -----

----- O multibanco também não era um assunto da Junta, mas que assumiam como seu e assumindo fizeram uma coisa muito simples, tinham uma empresa que pretendia instalar um ATM em São Vicente e a contrapartida foi não haver instalação de ATM nenhum em São Vicente se não houvesse a instalação de um multibanco em Santa Engrácia. Essa foi a contrapartida da Junta e nesse momento procurava-se local, porque não era assim tão fácil, não havia assim tantos locais disponíveis em Santa Engrácia para se instalar um multibanco. Iam aos cafés e também não tinham espaço. Na teoria parecia simples, mas depois quando havia uma necessidade e começavam à procura de uma resposta não havia. Portanto, as coisas não eram assim tão simples e muitas vezes, enquanto Junta, tiveram essa preocupação de assumir os assuntos como seus, independentemente de serem ou não e esse assunto do multibanco assumiam. Tinha estado no terreno a perguntar até aos comerciantes locais se tinham essa disponibilidade, se tinham esse espaço. Todos diziam que era importante, mas percebiam que no seu espaço não tinham. -----

----- Continuariam à procura e se ali conhecessem alguém nessa zona de Santa Engrácia e tivesse essa possibilidade, fosse um estabelecimento com porta-rua. Nessa zona em particular em que precisavam, a Calçada dos Barbadinhos, era uma zona que tinha realmente essa dificuldade e estavam à procura. Ajudassem também nesse processo, mais do que reivindicar, também era importante nos processos os residentes poderem ajudar a encontrar uma solução e fazê-la em conjunto. -----

----- Em relação à iluminação era a mesma coisa. Tinha estado em contacto com a Vereação, enviaram duas vezes uma lista de iluminação, achava que algumas já foram reparadas e iriam continuar em cima do assunto, continuar a enviar e continuar a acompanhar todo o processo. -----

----- Quando falava da colaboração em conjunto para essas questões também estava em consideração com aquilo que o Senhor Diogo disse. Achava perfeitamente legítimo ter essa proposta e teriam que estar todos em conjunto. Sabia que era do PSD e que também estava na Assembleia Municipal, se não estava em erro e, portanto, em conjunto, o Senhor na Assembleia Municipal como assessor e ali no Executivo como Presidente da Junta trabalhariam sempre em conjunto. Não tinham qualquer problema em trabalhar em conjunto com o PSD na Assembleia Municipal ou na Câmara para conseguir melhorar a Freguesia. Estava perfeitamente de acordo com aquilo que propôs e tinham toda a vontade de dialogar e de ver em conjunto aquilo que podiam fazer, fosse enquanto residente ou enquanto assessor, fosse em todas as questões, estavam sempre abertos a dialogar com todas as forças vivas da Freguesia e também fora. -----

----- Relativamente às questões do Senhor Ludgero, a questão dos chafarizes, foi identificado um chafariz em específico ali em Santa Engrácia que eventualmente poderiam tentar perceber se podia ser reaberto ou não e todos os chafarizes que pudessem ser reabertos era uma boa prática. Sabiam que depois o uso desses chafarizes, lembrava perfeitamente na Quinta do Ferro terem um chafariz e que depois começou a ser utilizado para as pessoas lavarem o carro. Portanto, o “tuga” que era “tuga” também gostava de poder lavar o seu carro à porta do chafariz. -----

----- Principalmente com essas ondas de calor que iam continuar era sobretudo importante conseguir ter essas medidas e, falando de medidas na onda de calor, a Junta de Freguesia

tinha um espaço específico para os fregueses poderem estar, se as pessoas não estivessem bem em casa havia um pequeno refúgio climático. Iam tentar replicar, já estavam a analisar outras medidas para ter mais não só refúgios climáticos na Freguesia, mas espaços em que as pessoas conseguiam refrescar ao longo do seu percurso. Isso eram ideias que ainda estavam no papel, não ia elaborar muito, mas para esse caso em concreto do aviso vermelho tinham um número telefónico que as pessoas podiam contactar, se precisassem iriam buscá-las a casa e podiam ir para um espaço na Freguesia para hidratar e estar ao fresco nas horas de maior calor. Depois até podia facultar o número, se fosse necessário, mas nas horas de maior calor, das 11 às 17, tinham a possibilidade de estar nesse local e ao fim de semana também. -----

----- Era no pólo cultural e o número era o 917777394. Se conhecessem pessoas na Freguesia e identificassem como pessoas em situação de vulnerabilidade, que podiam ter necessidade de estar mais resguardadas visto não terem ar condicionado nem ventoinhas, nem o que fosse em sua casa, podiam utilizar esse espaço da Freguesia. Continuariam a tentar ter medidas de mitigação das ondas de calor. -----

----- **Vogal do Executivo Tiago Martins** disse que desde quarta-feira até à próxima segunda-feira, que era o período da onda de calor, o pólo cultural estava aberto, climatizado, para receber todas as pessoas que assim o entendessem. Entre as 11 e as 17 providenciavam transporte preferencialmente para as pessoas mais vulneráveis da respetiva residência para o pólo cultural. Esse serviço mantinha-se a funcionar durante o fim de semana, sábado e domingo entre as 11 e as 17, estaria aberto e climatizado para quem quisesse ter refúgio e o serviço de transporte também estaria em funcionamento para esse número que o Presidente acabou de referir. -----

----- Podiam fazer o contacto, faziam o agendamento, depois alguém passava para buscar a pessoa que pedia o transporte e depois o regresso a casa também era garantido. Na segunda-feira voltariam a ter o pólo cultural aberto e o serviço de transporte também a funcionar. -----

----- Dava só nota que os trabalhadores que andavam na rua tinham nessa fase jornada contínua, o que significava que estavam a trabalhar na parte da manhã para evitar os períodos de maior calor. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que relativamente ao número, outra vez, era o 917777394. Dia 4 de julho seria a apresentação das sete maravilhas e o Mosteiro de São Vicente estava a concorrer. Portanto, se ainda não ligaram aproveitassem agora para ligar e tornar o Mosteiro de São Vicente uma maravilha de Portugal. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício** disse que antes de terminar queria só deixar o agradecimento aos funcionários que acolheram os pedidos da Mesa para tentar minimizar o calor dentro da sala, que desde a véspera estiveram dedicados a tentar tornar o espaço um pouco mais agradável e que pudessem estar ali todos sem o calor que se sentia lá fora. -----

----- **O Senhor Segundo Secretário da Assembleia** leu a ata em minuta relativa às duas reuniões da presente sessão. -----

----- **Membro Daniel Adrião (MEFSV)** disse que queria fazer uma proposta de alteração. Naturalmente que quando as pessoas estavam a escrever a ata registaram a hora exata de meia-noite e cinco, mas efetivamente a reunião ia acabar à meia-noite e dez. Era só uma pequena precisão. -----

----- Depois havia outra questão de natureza mais de fundo em relação à ata que também não entendia. Eram sinalizadas na ata em minuta as intervenções do Executivo e perguntava porque não eram sinalizadas na ata, nos diferentes pontos, as intervenções dos outros Membros eleitos. Não percebia qual era a diferença de critérios, eram

sinalizadas as intervenções do Executivo e não se sinalizava na ata em minuta a intervenção dos outros Membros eleitos.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia em exercício** submeteu à votação a **Ata em minuta relativa às duas reuniões da presente sessão**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes nas duas reuniões da sessão. -----

----- Deu por encerrada a reunião, eram zero horas e dez minutos do dia quatro de julho de dois mil e vinte e seis. -----

----- Da reunião foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO\_\_\_\_\_2º.SECRETÁRIO\_\_\_\_\_ -

----- PRESIDENTE-----